HISTÓRIA CONCISA DO BRASIL

Boris Fausto

edusp

Capítulo ***1***

O BRASIL COLONIAL (1500-1822)

1.1. A EXPANSÃO MARÍTIMA E A CHEGADA DOS PORTUGUESES AO BRASIL

Desde cedo, aprendemos em casa ou na escola que o Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral, em abril de 1500. Esse fato constitui um dos episódios da expansão marítima portuguesa, iniciada em princípios do século XV.

Por que um pequeno país como Portugal lançou pioneiramente a expansão, no começo do século XV, quase cem anos antes de Colombo, enviado pelos sranhóis, chegar às terras da América? A resposta não é única, e uma série de atores devem ser considerados. Para começar, Portugal se afirmava no conjun-3 da Europa como um país autônomo, com tendência a voltar-se para fora. Os rortugueses tinham já experiência acumulada ao longo dos séculos XIII e XIV ao comércio de longa distância, embora não se comparassem ainda a veneza-;>> e genoveses, a quem iriam ultrapassar. Aliás, antes de os portugueses assumirem o controle de seu comércio internacional, os genoveses investiram na sua expansão, transformando Lisboa em um grande centro do comércio genovês.

A experiência comercial foi facilitada também pelo envolvimento econômico de Portugal com o mundo islâmico do Mediterrâneo, onde o avanço das :rocas pode ser medido pela crescente utilização da moeda como meio de pagamento. Sem dúvida, a atração para o mar foi incentivada pela posição geo-

gráfica do país, próximo às ilhas do Atlântico e à costa da África. Dada a tecnologia da época, era importante contar com correntes marítimas favoráveis, partindo dos portos portugueses ou dos situados no sudoeste da Espanha.

Mas há outros fatores da história política portuguesa tão ou mais importantes do que os já citados. Portugal não escapou à crise geral do ocidente da Europa. Entretanto, enfrentou-a em condições políticas melhores do que as de outros reinos. Durante todo o século XV, Portugal foi um reino unificado e menos sujeito a convulsões e disputas, contrastando nesse sentido com a França, a Inglaterra, a Espanha e a Itália, todas envolvidas em guerras e complicações dinásticas.

A monarquia portuguesa consolidou-se através de uma história que teve um dos seus pontos mais significativos na revolução de 1383-1385. A partir de uma disputa em torno da sucessão ao trono português, a burguesia comercial de Lisboa se revoltou. Seguiu-se uma grande sublevação popular, a "revolta do povo miúdo", no dizer do cronista Fernão Lopes. A revolução era semelhante a outros acontecimentos que agitaram o ocidente europeu na mesma época, mas teve um desfecho diferente das revoltas camponesas, esmagadas em outros países pelos grandes senhores. O problema da sucessão dinástica confundiu-se com uma guerra de independência quando o rei de Castela, apoiado pela grande nobreza lusa, entrou em Portugal para assumir a regência do trono. No confronto, firmaram-se, ao mesmo tempo, a independência portuguesa e a ascensão ao poder da figura central da revolução, Dom João, Mestre de Avis, filho bastardo do rei Pedro I.

Embora alguns historiadores considerem a revolução de 1383 como uma revolução burguesa, ela resultou na realidade, a partir da política posta em prática pelo Mestre de Avis, em um reforço e centralização do poder monárquico. Em torno dele foram-se reagrupando os vários setores sociais influentes da sociedade portuguesa: a nobreza, os comerciantes, a burocracia nascente. Este é um ponto fundamental na discussão sobre as razões da expansão portuguesa, porque nas condições da época era o Estado, ou mais propriamente a Coroa, quem podia se transformar em um grande empreendedor, se alcançasse as condições de força e estabilidade para tanto.

Por último, lembremos que, no início do século XV, a expansão correspondia aos interesses das classes, grupos sociais e instituições que compunham a sociedade portuguesa. Para os comerciantes, era a perspectiva de um bom negócio; para o rei, era a oportunidade de criar novas fontes de receita numa época em que os rendimentos da Coroa tinham descido muito, além de ser uma

boa forma de ocupar os nobres e motivo de prestígio; para os nobres e os membros da Igreja, servir ao rei ou servir a Deus, cristianizando "povos bárbaros", resultava em recompensas e em cargos cada vez mais difíceis de conseguir nos estreitos quadros da metrópole; para o povo, lançar-se ao mar significava sobretudo emigrar, a tentativa de uma vida melhor, a fuga de um sistema social opressivo. Dessa convergência de interesses só ficavam de fora os empresários agrícolas, para quem a saída de braços do país provocava o encarecimento da mão-de-obra.

Daí a expansão ter-se convertido em uma espécie de grande projeto nacional, ao qual todos ou quase todos aderiram e que atravessou os séculos.

Os impulsos para a aventura marítima não eram apenas comerciais. Há cinco séculos, havia continentes mal ou inteiramente desconhecidos, oceanos inteiros ainda não atravessados. As chamadas regiões ignotas concentravam a imaginação dos povos europeus, que aí vislumbravam, conforme o caso, reinos fantásticos, habitantes monstruosos, a sede do paraíso terrestre.

Por exemplo, ao descobrir a América, Colombo pensava que, mais para o interior da terra por ele descoberta, encontraria homens de um só olho e outros com focinho de cachorro. Viu três sereias pularem fora do mar, decepcionando-se com seu rosto: não eram tão belas quanto imaginara. Em uma de suas cartas, referia-se às pessoas que, na direção do poente, nasciam com rabo. Em 1487, quando deixaram Portugal encarregados de descobrir o caminho terrestre para as índias, Afonso de Paiva e Pero da Covilhã levavam instruções de Dom João II para localizar o reino do Preste João. A lenda do Preste João, descendente dos reis magos e inimigo ferrenho dos muçulmanos, fazia parte do imaginário europeu desde pelo menos meados do século XII. Ela se construiu a oartir de um dado real: a existência da Etiópia, no leste da África, onde vivia uma população negra que adotara um ramo do cristianismo.

Os sonhos associados à aventura marítima não devem ser encarados como fantasias desprezíveis, encobrindo o interesse material. Mas não há dúvida de que este último prevaleceu, sobretudo quando os contornos do mundo foram sendo cada vez mais conhecidos e questões práticas de colonização entraram na ordem do dia.

Dois últimos pontos devem ser notados ao se analisar, em termos gerais, a expansão marítima portuguesa. De um lado, ela representou uma importante renovação das chamadas técnicas de marear. Quando principiaram as viagens lusitanas rumo à Guiné, as cartas de navegação não indicavam ainda latitudes ou longitudes, mas apenas rumos e distâncias. O aperfeiçoamento de instru-

mentos como o quadrante e o astrolábio, permitindo conhecer a localização de um navio pela posição dos astros, representou uma importante inovação. Os portugueses desenvolveram também um tipo de arquitetura naval mais apropriada, com a construção da caravela, utilizada a partir de 1441. Era uma embarcação leve e veloz para as condições da época, de pequeno calado, permitindo por isso aproximar-se bastante da terra firme e evitar até certo ponto o perigo de encalhar. A caravela foi a menina dos olhos dos portugueses, que a empregaram bastante nos séculos XVI e XVII, nas viagens para o Brasil.

O outro ponto diz respeito a uma gradual mudança de mentalidade, notável em humanistas portugueses como Duarte Pacheco Pereira, Diogo Gomes e Dom João de Castro. A expansão marítima foi mostrando cada vez mais como antigas concepções eram equivocadas - por exemplo, a descrição do mundo na ***Geografia*** de Ptolomeu -, através de uma valorização do conhecimento baseado na experiência. Com isso, o critério de autoridade começou a ser posto em dúvida. Ou seja, o prestígio de um autor cada vez mais deixava de ser garantia da veracidade de suas afirmações.

A dupla formada pelo ouro e pelas especiarias constituiu os bens mais buscados na expansão portuguesa. É fácil perceber o interesse pelo ouro. Ele era utilizado como moeda confiável e, por outro lado, empregado pelos aristocratas asiáticos na decoração de templos, palácios e na confecção de roupas. Mas por que as especiarias, ou seja, os condimentos?

O alto valor dos condimentos se explica pelos limites das técnicas de conservação existentes na época e também por hábitos alimentares. A Europa ocidental da Idade Média foi "uma civilização carnívora". Grandes quantidades de gado eram abatidas no início do verão, quando as ferragens acabavam no campo. A carne era armazenada e precariamente conservada pelo sal, pelo fumo ou simplesmente pelo sol. Esses processos alimentares, usados também para conservar o peixe, deixavam os alimentos intragáveis e a pimenta servia para disfarçar a podridão. Os condimentos representavam também um gosto alimentar da época, como o café, que bem mais tarde passou a ser consumido em grande escala em todo o mundo. Ouro e especiarias foram assim bens sempre muito procurados nos séculos XV e XVI, mas havia outros, como o peixe e a carne, a madeira, os corantes, as drogas medicinais e, pouco a pouco, um instrumento dotado de voz - os escravos africanos.

Costuma-se considerar a conquista de Ceuta, no norte da África, em 1415, como o ponto de partida da expansão ultramarina portuguesa. A expansão metódica desenvolveu-se ao longo da costa ocidental africana e nas ilhas do ocea-

no Atlântico. O reconhecimento da costa ocidental africana não se fez da noite para o dia. Levou 53 anos, da ultrapassagem do cabo Bojador por Gil Eanes 1434) até a temida passagem do cabo da Boa Esperança por Bartolomeu Dias 1487). A partir da entrada no oceano Indico, foi possível a chegada de Vasco da Gama à índia, a sonhada e ilusória índia das especiarias. Depois os portugueses alcançaram a China e o Japão, onde sua influência foi considerável, a ponto de historiadores japoneses chamarem de "século cristão" o período compreendido entre 1540 e 1630.

Sem penetrar profundamente no território africano, os portugueses foram estabelecendo na costa uma série de feitorias, que eram postos de comércio fortificados. A Coroa portuguesa organizou o comércio africano, estabelecendo o monopólio real sobre as transações com ouro, que obrigava a cunhagem de moeda em uma Casa da Moeda, criando também, por volta de 1481, a Casa da Mina ou Casa da Guiné como uma alfândega especial para o comércio africano. Da costa ocidental da África, os portugueses levaram escassas quantidades de ouro em pó; marfim, cujo comércio se achava até então em mãos de mercadores árabes e era feito através do Egito; a variedade de pimenta chamada malagueta e, a partir de 1441, sobretudo escravos. Estes foram a princípio encaminhados a Portugal, sendo utilizados em trabalhos domésticos e ocupações urbanas.

A história da ocupação das ilhas do Atlântico é bem diferente. Aí os portugueses realizaram experiências significativas de plantio em grande escala, empregando trabalho escravo. Após disputar e perder para os espanhóis a posse das ilhas Canárias, conseguiram se implantar nas outras ilhas: na Madeira por volta de 1420, nos Açores em torno de 1427, nas ilhas de Cabo Verde (1460) e na de São Tome (1471). Na ilha da Madeira, dois sistemas agrícolas paralelos competiram pela predominância econômica. O cultivo tradicional do trigo atraiu um número considerável de modestos camponeses portugueses que tinham a posse de suas terras. Ao mesmo tempo surgiram as plantações de cana-de-açúcar, incentivadas por mercadores e agentes comerciais genoveses e judeus, baseadas no trabalho escravo.

A economia açucareira acabou por triunfar, mas seu êxito foi breve. O rápido declínio deveu-se tanto a fatores internos quanto à concorrência do açúcar do Brasil e de São Tomé. Nessa ilha, situada no golfo da Guiné, os portugueses implantaram um sistema de grande lavoura da cana-de-açúcar, com muitas semelhanças ao criado no Brasil. Próxima da costa africana e especialmente das feitorias de São Jorge da Mina e Axim, a ilha contou com um abundante suprimento de escravos. Nela existiram engenhos que, segundo uma descrição de

1554, chegavam a ter de 150 a 300 cativos. São Tome foi sempre um entreposto de escravos vindos do continente para serem distribuídos na América e na Europa, e essa acabou sendo a atividade principal da ilha quando, no século XVII, a indústria açucareira atravessou tempos difíceis.

* * *

A primeira nau de regresso da viagem de Vasco da Gama chegou a Portugal, produzindo grande entusiasmo, em julho de 1499. Meses depois, a 9 de março de 1500, partia do rio Tejo em Lisboa uma frota de treze navios, a mais aparatosa que até então tinha deixado o Reino, aparentemente com destino às índias, sob o comando de um fidalgo de pouco mais de trinta anos, Pedro Álvares Cabral. A frota, após passar as ilhas de Cabo Verde, tomou rumo oeste, afastando-se da costa africana até avistar o que seria terra brasileira a 21 de abril. Nessa data houve apenas uma breve descida à terra e só no dia seguinte a frota ancoraria no litoral da Bahia, em Porto Seguro.

Desde o século XIX, vem-se discutindo se a chegada dos portugueses ao Brasil foi obra do acaso, sendo produzida pelas correntes marítimas, ou se já havia conhecimento anterior do Novo Mundo e uma espécie de missão secreta para que Cabral tomasse o rumo do ocidente. Tudo indica que a expedição de Cabral se destinava efetivamente às índias. Isso não elimina a probabilidade de navegantes europeus, sobretudo portugueses, terem freqüentado a costa do Brasil antes de 1500.

1.2. OS ÍNDIOS

Quando os europeus chegaram à terra que viria a ser o Brasil, encontraram uma população ameríndia bastante homogênea em termos culturais e lingüísticos, distribuída ao longo da costa e na bacia dos rios Paraná-Paraguai.

Admitida a homogeneidade, podemos distinguir dois grandes blocos subdividindo essa população: os tupis-guaranis e os tapuias. Os tupis-guaranis estendiam-se por quase toda a costa brasileira, desde pelo menos o Ceará até a lagoa dos Patos, no extremo sul. Os tupis também denominados tupinambás dominavam a faixa litorânea do norte até Cananéia, no sul do atual Estado de São Paulo; os guaranis localizavam-se na bacia Paraná-Paraguai e no trecho do litoral entre Cananéia e o extremo sul do que viria a ser o Brasil. Apesar dessa localização geográfica diversa, falamos em conjunto tupi-guarani, dada a semelhança de cultura e de língua.

: - : r_ins rontos do litoral, a presença íupi-guarani era interrompida por K grupos, como os goitacazes, na foz do rio Paraíba, pelos aimorés no sul . : r : norte do Espírito Santo, pelos tremembés na faixa entre o Ceará e Maranhão. Essas populações eram chamadas tapuias, uma palavra genérica - .;. . r':: :upis-guaranis para designar índios que falavam outra língua.

I analisar a sociedade e os costumes indígenas porque se lida com com uma cultura muito diferente da nossa, sobre a qual existiram e aintaristem fortes preconceitos. Isto se reflete em maior ou menor grau nos relaescritos por cronistas, viajantes e padres, especialmente jesuítas.

Existe nesses relatos uma diferenciação entre índios com qualidades positis e negativas, de acordo com o maior ou menor grau de resistência oposto : : riugueses. Por exemplo, os aimorés que se destacaram pela eficiência mie pela rebeldia, foram sempre apresentados de forma desfavorável. Seguno as descrições, os índios viviam em geral em casas, como homens; os aimorés, como animais na floresta. Os tupinambás comiam os inimigos por vingança; os aimorés, porque apreciavam carne humana. Quando a Coroa publicou a primeira lei proibindo a escravização dos índios (1570), só os aimorés foram espe- . r . m t e excluídos da proibição.

Há também uma falta de dados que não decorre nem da incompreensão nem do preconceito, mas da dificuldade de sua obtenção. Por exemplo, não se .: v zuantos índios existiam no território abrangido pelo que é hoje o Brasil e : Paraguai quando os portugueses chegaram ao Novo Mundo, oscilando os calados em números tão variados como 2 milhões para todo o território e cerca de 5 milhões só para a Amazônia brasileira.

Os grupos tupis praticavam a caça, a pesca, a coleta de frutas e a agricultura. Quando ocorria uma relativa exaustão da terra, migravam temporária ou definitivamente para outras áreas. Para praticar a agricultura, derrubavam ár***vores*** e faziam a queimada - técnica que iria ser incorporada pelos colonizadores. Plantavam feijão, milho, abóbora e principalmente mandioca, cuja farinha se tornou também um alimento básico da Colônia. A economia era basicamente de subsistência e destinada ao consumo próprio. Cada aldeia produzia para satisfazer às suas necessidades, havendo poucas trocas de gêneros alimentícios com outras aldeias.

Mas existiam contatos entre elas para a troca de mulheres e de bens de luxo, como penas de tucano e pedras para se fazer botoque. Dos contatos resultavam alianças em que grupos de aldeias se posicionavam uns contra os outros. A guerra e a captura de inimigos - mortos em meio à celebração de um ritual canibalís-

tico - eram elementos integrantes da sociedade tupi. Dessas atividades, reservadas aos homens, dependiam a obtenção de prestígio e a renovação de mulheres.

A chegada dos portugueses representou para os índios uma verdadeira catástrofe. Vindos de muito longe, com enormes embarcações, os portugueses e em especial os padres foram associados na imaginação dos tupis aos grandes xamãs, que andavam pela terra, de aldeia em aldeia, curando, profetizando e falando de uma terra de abundância. Os brancos eram ao mesmo tempo respeitados, temidos e odiados, como homens dotados de poderes especiais.

Por outro lado, por não existir uma nação indígena e sim grupos dispersos muitas vezes em conflito, foi possível aos portugueses encontrar aliados indígenas na luta contra os grupos que lhes resistiam. Em seus primeiros anos de existência, sem o auxílio dos tupis de São Paulo, a vila de São Paulo de Piratininga muito provavelmente teria sido conquistada pelos tamoios. Tudo isso não quer dizer que os índios não tenham resistido fortemente aos colonizadores, sobretudo quando se tratou de escravizá-los. Uma forma excepcional de resistência consistiu no isolamento, alcançado através de contínuos deslocamentos para regiões cada vez mais pobres. Em limites muito estreitos, esse recurso permitiu a preservação de uma herança biológica, social e cultural.

Os índios que se submeteram ou foram submetidos sofreram a violência cultural, as epidemias e mortes. Do contato com o europeu resultou uma população mestiça que mostra até hoje sua presença silenciosa na formação da sociedade brasileira.

Mas, no conjunto, a palavra catástrofe é mesmo a mais adequada para designar o destino da população ameríndia. Milhões de índios viviam no Brasil na época da conquista, e apenas entre 300 a 350 mil existem nos dias de hoje

1.3. A COLONIZAÇÃO

O chamado achamento do Brasil não provocou nem de longe o entusiasmo despertado pela chegada de Vasco da Gama à índia. O Brasil aparece como uma terra cujas possibilidades de exploração e contornos geográficos eram desconhecidos. Por vários anos, pensou-se que não passava de uma grande ilha. As atrações exóticas - índios, papagaios, araras - prevaleceram, a ponto de alguns informantes, particularmente italianos, lhe darem o nome de Terra dos Papagaios. O rei Dom Manuel preferiu chamá-la de Vera Cruz e, logo depois, de Santa Cruz. O nome Brasil começou a aparecer em 1503. Ele tem sido associado à principal riqueza da terra em seus primeiros tempos, o pau-brasil. Seu cerne,

muito vermelho, era usado como corante e a madeira, de grande resistência, era utilizada na construção de móveis e de navios. É curioso lembrar que as "ilhas Brasil" ou algo parecido são uma referência fantasiosa na Europa medieval. Em uma carta geográfica de 1367 aparecem três ilhas com esse nome, espalhadas no grupo dos Açores, na latitude da Bretanha (França) e na costa da Irlanda.

As primeiras tentativas de exploração do litoral brasileiro se basearam no sistema de feitorias, adotado na costa africana. O Brasil foi arrendado por três anos a um consórcio de comerciantes de Lisboa, liderado pelo cristão-novo Fernão de Loronha ou Noronha, que recebeu o monopólio comercial, obrigando-se em troca, ao que parece, a enviar seis navios a cada ano para explorar trezentas léguas (cerca de 2 mil quilômetros) da costa e a construir aí uma feitoria. O consórcio realizou algumas viagens, mas aparentemente, quando, em 1505, o arrendamento terminou, a Coroa portuguesa tomou a exploração da nova terra em suas mãos.

Nesses anos iniciais, entre 1500 a 1535, a principal atividade econômica foi a extração do pau-brasil, obtido principalmente mediante troca com os índios. As árvores não cresciam juntas em grandes áreas, mas se encontravam dispersas. A medida que a madeira foi se esgotando no litoral, os europeus passaram a recorrer aos índios para obtê-la. O trabalho coletivo, especialmente a derrubada de árvores, era uma tarefa comum na sociedade tupinambá. Assim, o corte do pau-brasil podia integrar-se com relativa facilidade aos padrões tradicionais da vida indígena. Os índios forneciam a madeira e, em menor escala, farinha de mandioca, trocadas por peças de tecido, facas, canivetes e quinquilharias.

O Brasil foi inicialmente muito referido à índia, seja como ponto de descanso na rota já conhecida, seja como possível passagem de um novo caminho, buscado principalmente pelos espanhóis. Por exemplo, ao descobrir a América, em 1492, chegando às Antilhas, Colombo pensara ter alcançado o mar da China. A posse da nova terra foi contestada por Portugal, daí resultando uma série de negociações que desembocaram no Tratado de Tordesilhas (1494). O mundo foi dividido em dois hemisférios, separados por uma linha que imaginariamente passava 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde. As terras descobertas a oeste da linha pertenceriam à Espanha; as que se situassem a leste da linha caberiam a Portugal.

A divisão se prestava a controvérsias, pois nunca foi possível estabelecer com exatidão por onde passava a linha de Tordesilhas. Só em fins do século XVII os holandeses conseguiram desenvolver uma técnica precisa de medição de longitudes. Por exemplo, a foz do Amazonas no norte ou a do rio da Prata no sul,

vistas como possíveis rotas no rumo das índias pela via do ocidente, estariam em território português ou espanhol? Várias expedições dos dois países se sucederam ao longo da costa brasileira na direção sul, até que um português a serviço da Espanha, Fernão de Magalhães, atravessou o estreito que hoje tem seu nome e, navegando pelo oceano Pacífico, chegou às Filipinas (1521). Esse feito espetacular de navegação foi ao mesmo tempo uma decepção para os espanhóis. O caminho das índias pelo ocidente fora encontrado, mas era demasiado longo e difícil para ser economicamente vantajoso. Os olhos espanhóis se fixaram nas riquezas em ouro e prata que iam sendo encontradas nas terras americanas sob seu domínio.

A maior ameaça à posse do Brasil por Portugal não veio dos espanhóis e sim dos franceses. A França não reconhecia os tratados de partilha do mundo, sustentando o princípio do ***uti possidetis,*** segundo o qual era possuidor de uma área quem efetivamente a ocupasse. Os franceses entraram no comércio do pau-brasil e praticaram a pirataria, ao longo de uma costa demasiado extensa para que pudesse ser guarnecida pelas patrulhas portuguesas. Em momentos diversos, iriam mais tarde estabelecer-se na Guanabara (1555-1560) e no Maranhão (1612-1615).

Considerações políticas levaram a Coroa portuguesa à convicção de que era necessário colonizar a nova terra. A expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1533) representou um momento de transição entre o velho e o novo período. Tinha por objetivo patrulhar a costa, estabelecer uma colônia através da concessão não-hereditária de terras aos povoadores que trazia (São Vicente, 1532) e explorar a terra tendo em vista a necessidade de sua efetiva ocupação.

Há indícios de que Martim Afonso ainda se encontrava no Brasil quando D. João III decidiu-se pela criação das capitanias hereditárias. O Brasil foi dividido em quinze quinhões, por uma série de linhas paralelas ao Equador que iam do litoral ao meridiano de Tordesilhas, sendo os quinhões entregues aos chamados capitães-donatários. Eles constituíam um grupo diversificado onde havia gente da pequena nobreza, burocratas e comerciantes, tendo em comum suas ligações com a Coroa.

Estavam entre os donatários o experiente navegador Martim Afonso; Duarte Coelho, militar de destaque no Oriente, sem grandes recursos, cuja história no Brasil seria ressaltada pelo êxito em Pernambuco; Jorge Figueiredo Correia, escrivão da Fazenda Real e grande negociante, associado a Mem de Sá e a Lucas Giraldes, da família dos Giraldi, negociantes e banqueiros de origem florentina; Pero do Campo Tourinho, que vendeu suas propriedades em Portugal e seguiu

; Brasil com seiscentos colonos, vindo a ser denunciado à Inquisição após - com os colonos e embarcado de volta a Portugal. Antes de 1532, Fernão Noronha recebeu do rei a primeira capitania do Brasil - a ilha de São João, : ore tem seu nome. Nenhum representante da grande nobreza se incluía aa lista, pois os negócios na índia, em Portugal e nas ilhas atlânticas eram por essa época bem mais atrativos.

Os donatários receberam uma doação da Coroa pela qual se tornaram possuidores mas não proprietários da terra... Não podiam vender ou dividir a capitania, cabendo ao rei o direito de modificá-la ou mesmo extingui-la. A posse dava aos donatários extensos poderes tanto na esfera econômica e na de arrecadação de tributos como na esfera administrativa. A instalação de engenhos de «cucar, de moinhos de água, assim como o uso de depósitos de sal, dependiam do pagamento de direitos; parte dos tributos devidos à Coroa pela exploração do pau-brasil, de metais preciosos e dos derivados da pesca, cabia também aos capitães-donatários. Do ponto de vista administrativo, tinham o monopólio da histiça e autorização para fundar vilas, doar sesmarias, alistar colonos para fins militares e formar milícias sob seu comando.

A atribuição de doar sesmarias deu origem à formação de vastos latifúndios. A sesmaria foi conceituada no Brasil como uma extensão de terra virgem, /a propriedade era doada a um sesmeiro, com a obrigação - raramente cumrrida - de cultivá-la no prazo de cinco anos e de pagar um tributo à Coroa. Os direitos reservados pela Coroa incluíam o monopólio das drogas e especiarias, assim como a percepção de uma parte dos tributos. O rei assegurou ainda o direito de aplicar a justiça quando a hipótese fosse de morte ou retalhamento de rartes do corpo de pessoas de condição nobre. Pôde nomear, além disto, uma série de funcionários para garantir que as rendas da Coroa fossem recolhidas.

Ao instituir as capitanias, a Coroa lançou mão de algumas fórmulas cuja origem se encontra na sociedade medieval européia. É o caso, por exemplo, do direito concedido aos donatários de obter pagamento para licenciar a instalação de engenhos de açúcar, análogo às "banalidades" pagas pelos lavradores aos senhores feudais. Mas, em essência, mesmo na sua forma original, as capitanias representaram uma tentativa transitória e ainda tateante de colonização, com o objetivo de integrar a colônia à economia mercantil européia.

Com exceção das capitanias de São Vicente e Pernambuco, as outras fracassaram em maior ou menor grau, pela falta de recursos, desentendimentos internos, inexperiência, ataques de índios. Não por acaso, as mais prósperas combinaram a atividade açucareira e um relacionamento menos agressivo com

as tribos indígenas. As capitanias foram sendo retomadas pela Coroa, ao longo dos anos, por meio de compra. Subsistiram como unidade administrativa mas mudaram de caráter, por passarem a pertencer ao Estado. Entre 1752 e 1754, o marquês de Pombal completou praticamente o processo de passagem das capitanias do domínio privado para o público.

* * *

A decisão tomada por Dom João III de estabelecer o governo-geral do Brasil ocorreu num momento em que alguns fatos significativos aconteciam com relação à Coroa portuguesa, na esfera internacional. Em primeiro lugar, surgiam os primeiros sinais de crise nos negócios da índia. Portugal sofrerá também várias derrotas militares no Marrocos, embora o sonho de um império africano ainda não estivesse extinto. No mesmo ano em que Tome de Sousa foi enviado ao Brasil como primeiro governador-geral (1549), fechou-se o entreposto comercial português de Flandres, por ser deficitário. Por último, em contraste com as terras do Brasil, os espanhóis tinham crescente êxito na exploração de metais preciosos em sua colônia americana, e em 1545 haviam descoberto a grande mina de prata de Potosí. Se todos esses fatores podem ter pesado na decisão da Coroa, devemos lembrar que, internamente, o fracasso das capitanias tornou mais claros os problemas da precária administração da América lusitana.

A instituição do governo-geral iria representar um passo importante na organização administrativa da colônia. Tome de Sousa - um fidalgo com experiência na África e na índia - chegou à Bahia acompanhado de mais de mil pessoas, inclusive quatrocentos degredados, trazendo com ele longas instruções por escrito. As instruções revelam o propósito de garantir a posse territorial da nova terra, colonizá-la e organizar as rendas da Coroa. Foram criados alguns cargos para o cumprimento dessas finalidades, sendo os mais importantes o de ouvidor, a quem cabia administrar a justiça, o de capitão-mor, responsável pela vigilância da costa, e o de provedor-mor, encarregado do controle e crescimento da arrecadação.

Entretanto, no século XVI o Brasil não proporcionava riquezas consideráveis aos cofres reais. Pelo contrário, segundo cálculos do historiador Vitorino Magalhães Godinho, em 1558 a arrecadação proveniente do Brasil representava apenas algo em torno de 2,5% das rendas da Coroa, enquanto ao comércio com a índia correspondiam 26%.

Vinham com o governador-geral os primeiros jesuítas - Manuel da Nóbrega e cinco companheiros -, com o objetivo de catequizar os índios e disciplinar

o ralo clero de má fama existente na colônia. Posteriormente (1533), criou-se o bispado de São Salvador, sujeito ao arcebispado de Lisboa, caminhando-se assim para a organização do Estado e da Igreja estreitamente aproximados. O início dos governos-gerais representou também a fixação de um pólo administrara™ na organização da colônia. Obedecendo às instruções recebidas, Tome de Sousa empreendeu o longo trabalho de construção de São Salvador, capital do Brasil até 1763.

A instituição de um governo-geral representou um esforço de centralização administrativa, mas o governador-geral não detinha todos os poderes, nem, em seus primeiros tempos, podia exercer uma atividade muito abrangente. A ligação entre as capitanias era bastante precária, limitando o raio de ação dos governadores. A correspondência dos jesuítas dá claras indicações desse isolamento. Assim, em 1552, escrevendo da Bahia aos irmãos de Coimbra, o padre Francisco Pires queixa-se de só poder tratar de assuntos locais porque "às vezes passa um ano e não sabemos uns dos outros, por causa dos tempos e dos poucos navios que andam pela costa e às vezes se vêem mais cedo navios de Portugal que das capitanias". Um ano depois, metido no sertão de São Vicente, Nóbrega diz praticamente a mesma coisa: "Mais fácil é vir de Lisboa recado a esta capitania que da Bahia".

x- x- *

Após as três primeiras décadas, marcadas pelo esforço de garantir a posse da nova terra, a colonização começou a tomar forma. Como aconteceu em toda a América Latina, o Brasil viria a ser uma colônia cujo sentido básico seria o de fornecer ao comércio europeu gêneros alimentícios ou minérios de grande importância. A política da metrópole portuguesa consistirá no incentivo à empresa comercial com base em uns poucos produtos exportáveis em grande escala, assentada na grande propriedade. Essa diretriz deveria atender aos interesses de acumulação de riqueza na metrópole lusa, em mãos dos grandes comerciantes, ia Coroa e seus afilhados. Como Portugal não tinha o controle dos circuitos comerciais na Europa, nas mãos de espanhóis, holandeses e ingleses, a mencionada diretriz acabou por atender também ao conjunto da economia européia.

A opção pela grande propriedade ligou-se ao pressuposto da conveniência da produção em larga escala. Além disso, pequenos proprietários autônomos tenderiam a produzir para sua subsistência, vendendo no mercado apenas um reduzido excedente, o que contrariaria os objetivos do empreendimento mercantil.

Ao lado da empresa comercial, do regime de grande propriedade, acrescentemos um terceiro elemento: o trabalho compulsório. Também nesse aspecto, a regra será comum a toda a América Latina, ainda que com variações. Diferentes formas de trabalho servil predominaram na América espanhola, enquanto a escravidão foi dominante no Brasil.

Por que se apelou para uma relação de trabalho odiosa a nossos olhos, que parecia semimorta, exatamente na época chamada pomposamente de aurora dos tempos modernos? Uma resposta sintética consiste em dizer que nem havia grande oferta de trabalhadores em condições de emigrar como semidependentes ou assalariados, nem o trabalho assalariado era conveniente para os fins da colonização. Dada a disponibilidade de terras, pois uma coisa era a concessão de sesmarias, outra sua efetiva ocupação, não seria fácil manter trabalhadores assalariados nas grandes propriedades. Eles poderiam tentar a vida de outra forma, criando problemas de fluxo adequado de mão-de-obra para a empresa mercantil.

Mas, se a introdução do trabalho escravo se explica resumidamente dessa forma, por que se optou de preferência pelo negro e não pelo índio? A principal razão reside no fato de que o comércio internacional de escravos, trazidos da costa africana, era em si mesmo um negócio tentador, que acabou se transformando no grande negócio da Colônia. Portugueses, holandeses e brasileiros, estes na fase final da Colônia, disputaram o controle dessa área. O tráfico representava, pois, uma fonte potencial de acumulação de riqueza e não apenas um meio de prover de braços a grande lavoura de exportação. Devemos lembrar que houve uma passagem da escravidão do índio para o negro variável no tempo e no espaço. Ela foi menos longa no núcleo central e mais rentável da empresa mercantil, ou seja, na economia açucareira, em condições de absorver o preço da compra do escravo negro, bem mais elevado do que o do índio. Foi mais longa nas regiões periféricas, como é o caso de São Paulo, que só no início do século XVIII, com a descoberta das minas de ouro, passou a receber escravos negros em número regular e considerável.

Além da atração exercida pelo comércio negreiro, a escravização do índio chocou-se com uma série de inconvenientes, tendo em vista os fins da colonização. Os índios tinham uma cultura incompatível com o trabalho intensivo regular e mais ainda compulsório, como pretendido pelos europeus. Não eram vadios ou preguiçosos. Apenas faziam o necessário para garantir sua subsistência, o que não se tornava difícil em uma época de peixes abundantes, frutas e animais. Muito de sua energia e imaginação era empregado nos rituais, nas ce-

iebrações e nas guerras. As noções de trabalho contínuo ou do que hoje chamaríamos de produtividade eram estranhas a eles.

Podemos distinguir duas tentativas básicas de sujeição dos índios por parte dos portugueses. Uma delas, realizada pelos colonos segundo um frio cálculo econômico, consistiu na escravização pura e simples. A outra foi tentada pelas ordens religiosas, principalmente pelos jesuítas, por motivos que tinham muito a ver com suas concepções missionárias. Ela consistiu no esforço para transformar os índios através do ensino em "bons cristãos", reunindo-os em pequenos povoados ou aldeias. Ser "bom cristão" significava também adquirir os hábitos de trabalho dos europeus, com o que se criaria um grupo de cultivadores indígenas flexível em relação às necessidades da Colônia.

As duas políticas não se eqüivaliam. As ordens religiosas tiveram o mérito de tentar proteger os índios da escravidão imposta pelos colonos, nascendo daí inúmeros atritos entre colonos e padres. Mas estes não tinham respeito pela cultura indígena. Ao contrário, para eles chegava a ser duvidoso que os índios fossem pessoas. O padre Manuel da Nóbrega, por exemplo, dizia que "índios são cães em se comerem e matarem, e são porcos nos vícios e na maneira de se matarem".

Os índios resistiram às várias formas de sujeição, pela guerra, pela fuga, pela recusa ao trabalho compulsório. Em termos comparativos, as populações indígenas tinham melhores condições de resistir do que os escravos africanos. Enquanto estes se viam diante de um território desconhecido onde eram implanta aos à força, os índios se encontravam em sua casa.

Outro fator importante para se colocar em segundo plano a escravização indígena foi a catástrofe demográfica. Os índios foram vítimas de doenças como sarampo, varíola, gripe, para as quais não tinham defesa biológica. Duas ondas eaddèmicas se destacaram por sua virulência entre 1562 e 1563, matando mais de 60 mil índios segundo parece, sem contar as vítimas do sertão. A morte da população indígena, que em parte se dedicava a plantar gêneros alimentícios, resultou em uma terrível fome no Nordeste e em perda de braços.

Não por acaso, a partir da década de 1570 incentivou-se a importação de africanos e a Coroa começou a tomar medidas por meio de várias leis para tentar impedir o morticínio e a escravização desenfreada dos índios. As leis continham ressalvas e eram burladas com facilidade. Escravizavam-se índios em decorrência de "guerras justas", isto é, guerras consideradas defensivas; como punição pela prática de antropofagia; por meio do resgate etc. O resgaste consistia na compra de indígenas prisioneiros de outras tribos que estavam para ser

devorados em ritual antropofágico. Só em 1758 a Coroa determinou a libertação definitiva dos indígenas. Mas, no essencial, a escravidão indígena fora abandonada muito antes, pelas dificuldades apontadas e pela existência de uma solução alternativa.

Ao percorrer a costa africana no século XV, os portugueses haviam começado o tráfico de africanos, facilitado pelo contato com sociedades que, em sua maioria, já conheciam o valor mercantil do escravo. Nas últimas décadas do século XVI, não só o comércio negreiro estava razoavelmente montado como vinha demonstrando sua lucratividade. Os colonizadores tinham conhecimento das habilidades dos negros, sobretudo por sua rentável utilização na atividade açucareira das ilhas do Atlântico. Muitos escravos provinham de culturas em que os trabalhos com ferro e a criação de gado eram usuais. Sua capacidade produtiva era assim bem superior à do indígena. Calcula-se que durante a primeira metade do século XVII, nos anos de apogeu da economia do açúcar, o custo de aquisição de um escravo negro era amortizado entre treze e dezesseis meses de trabalho, e mesmo depois de uma forte alta nos preços de compra de cativos, após 1700, um escravo se pagava em trinta meses.

Os africanos foram trazidos do chamado "continente negro" para o Brasil em um fluxo de intensidade variável. Os cálculos sobre o número de pessoas transportadas como escravos variam muito. Estima-se que entre 1550 e 1855 entraram pelos portos brasileiros 4 milhões de escravos, na sua grande maioria jovens do sexo masculino.

A região de proveniência dependeu da organização do tráfico, das condições locais na África e, em menor grau, das preferências dos senhores brasileiros. No século XVI, a Guiné (Bissau e Cacheu) e a Costa da Mina, ou seja, quatro portos ao longo do litoral do Daomé, forneceram o maior número de escravos. Do século XVII em diante, as regiões mais ao sul da costa africana - Congo e Angola - tornaram-se os centros exportadores mais importantes, a partir dos portos de Luanda, Benguela e Cabinda. Os angolanos foram trazidos em maior número no século XVIII, correspondendo ao que parece a 70% da massa de escravos trazidos para o Brasil naquele século.

Costuma-se dividir os povos africanos em dois grandes ramos étnicos: os "sudaneses", predominantes na África ocidental, no Sudão egípcio e na costa norte do golfo da Guiné, e os "bantos", da África equatorial e tropical, de parte do golfo da Guiné, do Congo, Angola e Moçambique. Essa grande divisão não nos deve levar a esquecer que os negros escravizados no Brasil provinham de muitas tribos ou reinos, com suas culturas próprias - por exemplo, os iorubas,

jejes, tapas, haussás entre os "sudaneses" e os angolas, bengalas, monjolos, moçambiques entre os "bantos".

Os grandes centros importadores de escravos foram Salvador e depois o Rio de Janeiro, cada qual com sua organização própria e fortemente concorrentes. Os traficantes baianos utilizaram-se de uma valiosa moeda de troca no litoral africano, o fumo produzido no Recôncavo - região que circunda Salvador. Estiveram sempre mais ligados à Costa da Mina, à Guiné e ao golfo de Benim, neste último caso após meados de 1770, quando o tráfico da Costa da Mina declinou. O Rio de Janeiro recebeu sobretudo escravos de Angola, superando a Bahia com a descoberta das minas de ouro, o avanço da economia açucareira e o grande crescimento urbano da cidade a partir do início do século XIX.

Seria errôneo pensar que, enquanto os índios se opuseram à escravidão, os negros a aceitaram passivamente. Fugas individuais ou em massa, agressões contra senhores, resistência cotidiana fizeram parte das relações entre senhores e escravos desde os primeiros tempos. Os quilombos, estabelecimentos de nesros que escapavam à escravidão pela fuga e recompunham no Brasil formas de organização social semelhantes às africanas, existiram às centenas no Brasil colonial. Palmares - uma rede de povoados situada em uma região que hoje corresponde em parte ao Estado de Alagoas - foi um destes quilombos, e certamente o mais importante. Formado no início do século XVII, resistiu aos ataques de portugueses e holandeses por quase cem anos, vindo a sucumbir em 1695.

Pouco se sabe sobre o quilombo dos Palmares, referido apenas por algumas fontes portuguesas, que dão notícia da prisão e enforcamento de Zumbi, líder dos rebeldes, na sua última fase de existência. Com o correr do tempo, Zumbi se transformou em símbolo da resistência dos negros escravos. Nos dias de hoje, sua figura está presente em todos os movimentos de afirmação da população negra. Pesquisas arqueológicas recentes, na região em que existiu o quilombo, sugerem a existência de uma comunidade socialmente diversificada, abrangendo não apenas negros ex-escravos mas também brancos perseguidos pela Coroa, por razões religiosas ou pela prática de crimes e infrações menores.

Admitidas as várias formas de resistência, pelo menos até as últimas décadas do século XIX os escravos africanos ou afro-brasileiros não tiveram condições de desorganizar o trabalho compulsório. Bem ou mal, viram-se obrigados a se adaptar a ele. Dentre os vários fatores que limitaram as possibilidades de rebeldia coletiva, lembremos que, ao contrário dos índios, os negros eram desenraizados de seu meio, separados arbitrariamente, lançados em levas sucessivas em território estranho.

Por outro lado, nem a Igreja nem a Coroa se opuseram à escravização do negro. Ordens religiosas como a dos beneditinos estiveram mesmo entre os grandes proprietários de cativos. Vários argumentos foram utilizados para justificar a escravidão africana. Dizia-se que se tratava de uma instituição já existente na África, e assim apenas se transportavam cativos para o mundo cristão onde seriam civilizados e salvos pelo conhecimento da verdadeira religião. Além disso, o negro era considerado um ser racialmente inferior. No decorrer do século XIX, "teorias científicas" reforçaram o preconceito: o tamanho e a forma do crânio dos negros, o peso de seu cérebro etc. "demonstravam" que se estava diante de uma raça de baixa inteligência e emocionalmente instável, destinada biologicamente à sujeição.

Lembremos também o tratamento dado ao negro na legislação. O contraste com os indígenas é nesse aspecto evidente. Estes contavam com leis protetoras contra a escravidão, ainda que fossem pouco aplicadas e contivessem muitas ressalvas. O negro escravizado não tinha direitos, mesmo porque era considerado juridicamente uma coisa.

Sob o aspecto demográfico, embora os números apurados variem, há dados sobre a alta taxa de mortalidade dos escravos negros, especialmente das crianças e dos recém-chegados, quando comparada, por exemplo, à população escrava nos Estados Unidos. Observadores de princípios do século XIX calculavam que a população escrava declinava a uma taxa entre 5% a 8% ao ano. Dados recentes revelam que a expectativa de vida de um escravo do sexo masculino ao nascer, em 1872, girava em torno dos 20 anos, enquanto a da população como um todo era de 27,4 anos. Por sua vez, um cativo homem nascido nos Estados Unidos em torno de 1850 tinha uma expectativa de vida de 35,5 anos.

Apesar desses números gritantes, não se pode dizer que os escravos negros tenham sido atingidos por uma catástrofe demográfica tão grande como a que dizimou os índios. Aparentemente, negros provenientes do Congo, do norte de Angola e do Daomé - atual Benim - eram menos suscetíveis ao contágio de doenças como a varíola. De qualquer forma, mesmo com a destruição física prematura dos negros, os senhores de escravos tiveram sempre a possibilidade de renovar o suprimento pela importação. A escravidão brasileira se tornou mesmo totalmente dependente dessa fonte. Com raras exceções, não houve tentativas de ampliar o crescimento da população escrava já instalada no Brasil. A fertilidade das mulheres escravas era baixa. Além disso, criar uma criança por doze ou catorze anos era considerado um investimento de risco, tendo-se em conta as altas taxas de mortalidade, decorrentes das próprias condições de existência.

x- x- *

A forma pela qual, ao longo de alguns séculos, a Coroa portuguesa tratou de assegurar os maiores ganhos do empreendimento colonial relaciona-se com is concepções da política econômica mercantilista, vigente na época. No âmbito dessa política, as colônias deveriam contribuir para a auto-suficiência da Metrópole, transformando-se em áreas reservadas de cada potência colonizadora na concorrência internacional com as demais. Para isso era preciso estabelecer uma série de normas e práticas que afastassem os concorrentes da exploração das respectivas colônias, constituindo o sistema colonial. O eixo básico era o "exclusivo" metropolitano, ou seja, a exclusividade do comércio externo da colônia em favor da metrópole.

Tratava-se de impedir ao máximo que navios estrangeiros transportassem mercadorias da colônia sobretudo para vender diretamente em outros países da Europa e que inversamente mercadorias, em especial as não produzidas na metrópole, chegassem à colônia em navios desses países. Em termos simplificados, buscava-se deprimir até onde fosse possível os preços pagos na colônia por seus produtos para vendê-los com maior lucro na metrópole. Buscava-se também obter maiores lucros da venda na colônia, sem concorrência, dos bens por ela importados. O "exclusivo" colonial teve várias formas: arrendamento, exploração direta pelo Estado, criação de companhias privilegiadas de comércio beneficiando determinados grupos comerciais metropolitanos etc.

No caso português, os preceitos mercantilistas não foram aplicados consistemente. Curiosamente, a aplicação mais conseqüente da política mercantilista só se deu em meados do século XVIII, sob o comando do marquês de Pombal, quando seus princípios já eram postos em dúvida no resto da Europa ocidental. A Coroa abriu brechas nesses princípios, principalmente devido aos limites de sua capacidade de impô-los. Não se trata apenas da existência do contrabando, pois o contrabando era uma quebra pura e simples das regras do jogo. Trata-se, sobretudo, da posição de Portugal no conjunto das nações européias. Os portugueses estiveram na vanguarda da expansão marítima, mas não tinham os meios de monopolizar seu comércio colonial. Já durante o século XVI as grandes praças comerciais não se situavam em Portugal, mas na Holanda. Os holandeses foram importantes parceiros comerciais de Portugal, transportando sal e vinho portugueses e açúcar brasileiro em troca de produtos manufaturados, queijos, cobre e tecidos. Entraram também no tráfico internacional de escravos.

Posteriormente, ao longo do século XVII, a Coroa seria levada a estabelecer relações desiguais com uma das novas potências emergentes, a Inglaterra. Des-

sas condições resulta que o "exclusivo" colonial luso oscilou de acordo com as circunstâncias, ficando entre a relativa liberdade e um sistema centralizado e dirigido, combinado com concessões especiais. Essas concessões representavam, no fundo, a participação de outros países no usufruto da exploração do sistema colonial português.

Sem percorrer todas as marchas e contramarchas, vejamos alguns exemplos. Houve uma fase de relativa liberdade comercial de 1530 até 1571, data em que o rei Dom Sebastião decretou a exclusividade dos navios portugueses no comércio da Colônia, coincidindo a medida com os anos iniciais da grande expansão da economia açucareira. O período da união das duas Coroas (1580-1640), quando o rei da Espanha ocupou também o trono de Portugal, caracterizou-se por crescentes restrições à participação de outros países no comércio colonial, visando especialmente a Holanda, em guerra com a Espanha. Mesmo assim, há notícias de um tráfego regular e direto entre Brasil e Hamburgo, na Alemanha, por volta de 1590.

Após o fim do período de união das duas Coroas, com a aclamação de Dom João IV como rei de Portugal, seguiu-se uma breve fase de "livre comércio", com pouca regulamentação e ausência de controle sobre o mercado colonial de importação. Mas em 1649 passou-se a um novo sistema de comércio centralizado e dirigido, por meio de frotas. Com capital obtido principalmente de cristãos-novos, foi criada a Companhia Geral do Comércio do Brasil. A Companhia deveria manter uma frota de 36 navios armados para comboiar navios mercantes que saíam e chegavam ao Brasil duas vezes por ano, usufruindo em troca do monopólio das importações de vinho, farinha, azeite de oliva e bacalhau na Colônia e do direito de estabelecer os preços para esses artigos. A partir de 1694, a companhia foi transformada em órgão governamental.

Entretanto, a criação da empresa não impediu concessões feitas por Portugal à Holanda e especialmente à Inglaterra. Em poucas palavras, a Coroa buscava a proteção política inglesa em troca de vantagens comerciais. Um bom exemplo disso é o tratado imposto por Cromwell em 1654, garantindo aos ingleses o direito de negociar com a colônia brasileira, exceto no tocante aos produtos monopolizadosjjela Companhia Geral do Comércio. O sistema de frotas só foi abandonado em 1765, quando o marquês de Pombal resolveu estimular o comércio e restringir o crescente papel dos ingleses. Isso se fez através da criação de novas companhias (Companhia do Grão-Pará e Maranhão, Companhia de Pernambuco e Paraíba), que representaram as últimas expressões da política mercantilista no Brasil.

* * *

As duas instituições básicas que, por sua natureza, estavam destinadas a oripaúzar a colonização do Brasil foram o Estado e a Igreja Católica. Uma estava ligaria à outra, sendo o catolicismo reconhecido como religião do Estado. Em 2»±_cípio, houve uma divisão de trabalho entre as duas instituições. Ao Estado «pnbe o papel fundamental de garantir a soberania portuguesa sobre a Colôá dotada de uma administração, desenvolver uma política de povoamento, •esofver problemas básicos como o da mão-de-obra, estabelecer o tipo de relacionamento que deveria existir entre Metrópole e Colônia. Essa tarefa pressupunha o reconhecimento da autoridade do Estado por parte dos colonizadores iate se instalariam no Brasil, seja pela força, seja pela aceitação dessa autoridade oc por ambas as coisas.

Nesse sentido, o papel da Igreja se tornava relevante. Como tinha em suas •nos a educação das pessoas, o "controle das almas" era um instrumento muito eficaz para veicular a idéia geral de obediência e mais restritamente de obediência ao poder do Estado. O papel da Igreja não se limitava a isso. Ela estava presente na vida e na morte das pessoas, nos episódios decisivos do nascimento, casamento e morte. O ingresso na comunidade, o enquadramento nos padrões de uma vida decente, a partida sem pecado deste "vale de lágrimas" dependiam de atos monopolizados pela Igreja: o batismo, a crisma, o casamento religioso, a confissão e a extrema-unção na hora da morte, o enterro em um cemitério designado pela significativa expressão "campo santo".

Como se sabe, na história do mundo ocidental, as relações entre Estado e %reja variaram muito de país a país e não foram uniformes no âmbito de cada pais ao longo do tempo. No caso português, ocorreu uma subordinação da Igreja ao Estado através de um mecanismo conhecido como padroado real. O r*adroado consistiu em uma ampla concessão da Igreja de Roma ao Estado português, em troca da garantia de que a Coroa promoveria e asseguraria os direi-::s e a organização da Igreja em todas as terras descobertas. O rei de Portugal Scava com o direito de recolher o tributo devido pelos fiéis, conhecido como dízimo, correspondente a um décimo dos ganhos obtidos em qualquer atividade. Cabia também à Coroa criar dioceses e nomear os bispos.

Muitos dos encargos da Coroa resultavam, pelo menos em tese, em maior subordinação da Igreja, como é o caso da incumbência de remunerar o clero e de construir e zelar pela conservação dos edifícios destinados ao culto. Para supervisionar todas essas tarefas, o governo português criou uma espécie de departamento religioso do Estado, a Mesa da Consciência e Ordens.

O controle da Coroa sobre a Igreja foi em parte limitado pelo fato de que a Companhia de Jesus até a época do marquês de Pombal (1750-1777) teve forte influência na corte. Na Colônia, o controle sofreu outras restrições. De um lado, era muito difícil enquadrar as atividades do clero secular, disperso pelo território; de outro, as ordens religiosas conseguiram alcançar maior grau de autonomia. A maior autonomia das ordens dos franciscanos, mercedários, beneditinos, carmelitas e principalmente jesuítas resultou de várias circunstâncias. Elas obedeciam a regras próprias de cada instituição e tinham uma política definida com relação a questões vitais da colonização, como a indígena. Além disso, na medida em que se tornaram proprietárias de grandes extensões de terra e empreendimentos agrícolas, não dependiam da Coroa para sua sobrevivência.

Padres seculares buscavam fugir ao peso do Estado e da própria Igreja, quando havia oportunidade, por um caminho individual. A presença de padres pode ser também constatada praticamente em todos os movimentos de rebelião a partir de 1789, prolongando-se após a independência do Brasil até meados do século XIX. Seria engano porém atribuir a todo o clero essa característica de rebeldia, visível mas excepcional. Na atividade do dia-a-dia, silenciosamente e às vezes com pompa, a Igreja tratou de cumprir sua missão de converter índios e negros e de inculcar na população a obediência aos seus preceitos, assim como aos preceitos do Estado.

x- · ·

O Estado português na época de colonização é um Estado absolutista. Em teoria, todos os poderes se concentram, por direito divino, na pessoa do rei. O reino - ou seja, o território, os súditos e seus bens - pertence ao rei, constitui seu patrimônio. Trata-se pois de um Estado absolutista, qualificado pelo patrimonialismo. Isso não quer dizer que o rei não devesse levar em conta os interesses dos diferentes estratos sociais - nobres, comerciantes, clero, gente do povo - nem que governasse sozinho. A preferência pela expressão "Coroa", em vez de "Rei" para designar o poder da monarquia portuguesa é indicativa desta última constatação. Se a palavra decisiva cabia ao rei, tinha muito peso na decisão uma burocracia por ele escolhida, formando um corpo de governo. Mesmo a indefinição do público e do privado foi limitada por uma série de medidas, tomadas principalmente no âmbito fiscal, com o objetivo de estabelecer limites à ação do rei. O "bem comum" surgia como uma idéia nova que justificava a restrição aos poderes reais de impor empréstimos ou tomar bens privados para seu uso.

A montagem da administração colonial desdobrou e enfraqueceu o poder da Coroa. Por certo, era na Metrópole que se tomavam as decisões centrais. Mas : > administradores do Brasil tinham uma esfera de atribuições, tinham de im- : visar medidas diante de situações novas e ficavam muitas vezes se equilibrando entre as pressões imediatas dos colonizadores e as instruções emanadas aa distante Lisboa.

1.4. A SOCIEDADE COLONIAL

No âmbito da estrutura social da Colônia, um princípio básico de exclusão aistinguia determinadas categorias, pelo menos até a Carta-lei de 1773. Era o rrincípio da pureza de sangue. Impuros eram os cristãos-novos, os negros, mesmo quando livres, em certa medida os índios e as várias espécies de mestiços. Desse princípio racial decorria a impossibilidade de ocupar cargos, receber títulos de nobreza, participar de irmandades de prestígio etc. A Carta-lei de 1773 acabou com a distinção entre cristãos antigos e novos, o que não quer dizer que ***in*** para a frente o preconceito se tenha extinguido.

O critério discriminatório se referia essencialmente a pessoas. Mais profundo do que ele, existia um corte separando pessoas de não-pessoas, ou seja, jente livre dos escravos, considerados juridicamente como coisa. A condição de KvTe ou de escravo estava muito ligada à etnia e à cor, pois escravos eram negros, em primeiro lugar, índios e mestiços. Toda uma nomenclatura se aplicava mestiços, distinguindo-se os mulatos, os mamelucos, curibocas ou caboclos, nascidos da união entre branco e índio, e os cafuzos, resultantes da união entre regro e índio.

Convém distinguir porém entre escravidão indígena e negra. Do início da ;jionização até ser extinta formalmente a escravidão indígena, houve índios ativos e os chamados forros ou administrados. Estes eram índios que, após a captura, tinham sido colocados sob a tutela dos colonizadores. Sua situação não era muito diversa da dos cativos. Entretanto, se em geral a situação do índio era muito penosa, não eqüivalia à do negro. A proteção das ordens religiosas nos apeamentos indígenas impôs limites à exploração pura e simples. A própria Coroa procurou estabelecer uma política menos discriminatória.

Por exemplo, um alvará de 1755 chegou a estimular os casamentos mistos ae índios e brancos, os quais não tinham "infâmia alguma". Previa-se uma prereréncia em "empregos e honras" para os descendentes dessas uniões e proibia-se que eles fossem chamados de "caboclos" ou outros nomes semelhantes que se

possam reputar "injuriosos". Anos mais tarde, o vice-rei do Brasil mandou dar baixa do posto de capitão-mor a um índio porque "se mostrara de tão baixos sentimentos que casou com uma preta, manchando seu sangue com esta aliança e tornando-se assim indigno de exercer o referido posto".

A significativa presença de africanos e afro-brasileiros na sociedade brasileira pode ser constatada pelos indicadores de população no fim do período colonial. Nas quatro maiores regiões - Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro -, negros e mulatos representavam respectivamente cerca de 75%, 68%, 79% e 64% da população. Apenas São Paulo tinha uma população majoritariamente branca (56%). Cativos trabalharam nos campos, nos engenhos, nas minas, como criados de servir na casa-grande. Realizavam nas cidades tarefas penosas, no transporte de cargas e pessoas, de dejetos malcheirosos, ou na indústria da construção. Foram também artesãos, quitandeiros, vendedores de rua, meninos de recado etc.

As relações escravistas não se resumiram a um vínculo direto entre senhor e escravo, sem envolver outras pessoas. Houve cativos alugados para a prestação de serviços a terceiros, e nos centros urbanos existiram os "escravos de ganho" - uma figura comum no Rio de Janeiro dos primeiros decênios do século XIX. Os senhores permitiam que os escravos fizessem seu "ganho", prestando serviços ou vendendo mercadorias, e cobravam em troca uma quantia fixa paga por dia ou por semana. Escravos de ganho foram utilizados em pequena e em larga escala, de um único cativo a trinta ou até quarenta. Se a maioria deles exercia sua atividade nas ruas, caindo inclusive na prostituição e na mendicância com o assentimento de seus senhores, existiram também barbeiros instalados em lojas ou operários enquadrados nessa modalidade.

Nem mesmo entre os escravos deixaram de existir distinções. Algumas se referiam ao trabalho exercido pois havia diferenças entre servir na casa-grande ou trabalhar no campo, ser escravo na grande propriedade ou "escravo de ganho" nas cidades. Outras distinções referiam-se à nacionalidade, ao tempo de permanência no país ou à cor da pele. "Boçal" era o cativo recém-chegado da África, ignorante da língua e dos costumes; "ladino" o que já estava relativamente "adaptado", falando e entendendo português; crioulo era o nascido no Brasil. Uma coisa era o preto retinto em um extremo e o mulato claro em outro. Em geral, mulatos e crioulos era preferidos para as tarefas domésticas, artesanais e de supervisão, cabendo aos escuros, sobretudo aos africanos, os trabalhos mais pesados.

x * x

— das distinções no âmbito da massa escrava, devemos considerar que 3rasil colonial um grande número de africanos ou afro-brasileiros li- : rertos. Dados referentes ao fim do período indicam que cerca de 42% : : negra ou mulata era constituída por essa categoria. Sua condição raiügua. Considerados formalmente livres, voltavam na prática a ser escravas de forma arbitrária, sobretudo quando a cor da pele e os traços mostrair-se de um negro. Não podiam pertencer à Câmara Municipal ou a Ip^Hçiosas irmandades leigas, como a Ordem Terceira de São Francisco. Mes- _ rrerdade de um ex-escravo podia ser revogada por atitudes consideradas respeito para com seu antigo senhor.

-cravidão foi uma instituição nacional. Penetrou toda a sociedade, :: ;.: nando seu modo de agir e de pensar. O desejo de ser dono de escravos, :: para obtê-los ia da classe dominante ao modesto artesão das cidades. - . ; senhores de engenho e proprietários de minas com centenas de escranos. pequenos lavradores com dois ou três, lares domésticos com apenas um escBRO. O preconceito contra o negro ultrapassou o fim da escravidão e chegou - arrecado a nossos dias. Até pelo menos a introdução em massa de trabalhadores europeus no centro-sul do Brasil, o trabalho manual foi socialmente desprezado como "coisa de negro".

Em teoria, as pessoas livres da Colônia foram enquadradas em uma hierarfm de ordens. A divisão social em ordens - nobreza, clero e povo - era uma característica do Antigo Regime. A transplantação desse modelo vigente em Portugal teve pouco efeito prático no Brasil. Os títulos de nobreza foram ambicionados pela elite branca, mas não existiu uma aristocracia hereditária. Os fidalgos eram raros, e a gente comum com pretensões à nobreza, grande maioria.

Isso não significa que a sociedade colonial fosse composta apenas de senhores e escravos. Roceiros, pequenos lavradores, trabalhadores povoaram os camros; as poucas cidades reuniram vendedores de rua, pequenos comerciantes, artesãos. Esse quadro não foi estático. A expansão do comércio internacional de escravos deu origem a um importante setor de elite, representado pelos traficantes do Rio de Janeiro e também de Salvador. A descoberta do ouro e dos diamantes em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, a partir de princípios do século X\TII, e a vinda da família real para o Rio de Janeiro no início do século XIX foram, cada um à sua maneira, fatores de diversificação social e de alteração das relações entre campo e cidade. É no tocante à região mineira e aos centros urbanos como Salvador e o Rio de Janeiro que podemos falar da existência de uma

possam reputar "injuriosos". Anos mais tarde, o vice-rei do Brasil mandou dar baixa do posto de capitão-mor a um índio porque "se mostrara de tão baixos sentimentos que casou com uma preta, manchando seu sangue com esta aliança e tornando-se assim indigno de exercer o referido posto".

A significativa presença de africanos e afro-brasileiros na sociedade brasileira pode ser constatada pelos indicadores de população no fim do período colonial. Nas quatro maiores regiões - Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro -, negros e mulatos representavam respectivamente cerca de 75%, 68%, 79% e 64% da população. Apenas São Paulo tinha uma população majoritariamente branca (56%). Cativos trabalharam nos campos, nos engenhos, nas minas, como criados de servir na casa-grande. Realizavam nas cidades tarefas penosas, no transporte de cargas e pessoas, de dejetos malcheirosos, ou na indústria da construção. Foram também artesãos, quitandeiros, vendedores de rua, meninos de recado etc.

As relações escravistas não se resumiram a um vínculo direto entre senhor e escravo, sem envolver outras pessoas. Houve cativos alugados para a prestação de serviços a terceiros, e nos centros urbanos existiram os "escravos de ganho" - uma figura comum no Rio de Janeiro dos primeiros decênios do século XIX. Os senhores permitiam que os escravos fizessem seu "ganho", prestando serviços ou vendendo mercadorias, e cobravam em troca uma quantia fixa paga por dia ou por semana. Escravos de ganho foram utilizados em pequena e em larga escala, de um único cativo a trinta ou até quarenta. Se a maioria deles exercia sua atividade nas ruas, caindo inclusive na prostituição e na mendicância com o assentimento de seus senhores, existiram também barbeiros instalados em lojas ou operários enquadrados nessa modalidade.

Nem mesmo entre os escravos deixaram de existir distinções. Algumas se referiam ao trabalho exercido pois havia diferenças entre servir na casa-grande ou trabalhar no campo, ser escravo na grande propriedade ou "escravo de ganho" nas cidades. Outras distinções referiam-se à nacionalidade, ao tempo de permanência no país ou à cor da pele. "Boçal" era o cativo recém-chegado da África, ignorante da língua e dos costumes; "ladino" o que já estava relativamente "adaptado", falando e entendendo português; crioulo era o nascido no Brasil. Uma coisa era o preto retinto em um extremo e o mulato claro em outro. Em geral, mulatos e crioulos era preferidos para as tarefas domésticas, artesanais e de supervisão, cabendo aos escuros, sobretudo aos africanos, os trabalhos mais pesados.

possam reputar "injuriosos". Anos mais tarde, o vice-rei do Brasil mandou dar baixa do posto de capitão-mor a um índio porque "se mostrara de tão baixos sentimentos que casou com uma preta, manchando seu sangue com esta aliança e tornando-se assim indigno de exercer o referido posto".

A significativa presença de africanos e afro-brasileiros na sociedade brasileira pode ser constatada pelos indicadores de população no fim do período colonial. Nas quatro maiores regiões - Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro -, negros e mulatos representavam respectivamente cerca de 75%, 68%, 79% e 64% da população. Apenas São Paulo tinha uma população majoritariamente branca (56%). Cativos trabalharam nos campos, nos engenhos, nas minas, como criados de servir na casa-grande. Realizavam nas cidades tarefas penosas, no transporte de cargas e pessoas, de dejetos malcheirosos, ou na indústria da construção. Foram também artesãos, quitandeiros, vendedores de rua, meninos de recado etc.

As relações escravistas não se resumiram a um vínculo direto entre senhor e escravo, sem envolver outras pessoas. Houve cativos alugados para a prestação de serviços a terceiros, e nos centros urbanos existiram os "escravos de ganho" - uma figura comum no Rio de Janeiro dos primeiros decênios do século XIX. Os senhores permitiam que os escravos fizessem seu "ganho", prestando serviços ou vendendo mercadorias, e cobravam em troca uma quantia fixa paga por dia ou por semana. Escravos de ganho foram utilizados em pequena e em larga escala, de um único cativo a trinta ou até quarenta. Se a maioria deles exercia sua atividade nas ruas, caindo inclusive na prostituição e na mendicância com o assentimento de seus senhores, existiram também barbeiros instalados em lojas ou operários enquadrados nessa modalidade.

Nem mesmo entre os escravos deixaram de existir distinções. Algumas se referiam ao trabalho exercido pois havia diferenças entre servir na casa-grande ou trabalhar no campo, ser escravo na grande propriedade ou "escravo de ganho" nas cidades. Outras distinções referiam-se à nacionalidade, ao tempo de permanência no país ou à cor da pele. "Boçal" era o cativo recém-chegado da África, ignorante da língua e dos costumes; "ladino" o que já estava relativamente "adaptado", falando e entendendo português; crioulo era o nascido no Brasil. Uma coisa era o preto retinto em um extremo e o mulato claro em outro. Em geral, mulatos e crioulos era preferidos para as tarefas domésticas, artesanais e de supervisão, cabendo aos escuros, sobretudo aos africanos, os trabalhos mais pesados.

burocracia administrativa, de letrados e gente dedicada às chamadas profissões liberais, especialmente a advocacia.

* * *

As diferentes atividades eram desigualmente valorizadas. A de maior prestígio, sobretudo nos primeiros tempos, era não propriamente uma atividade, mas "o ser senhor de engenho". Na famosa expressão do padre Antonil, em sua obra *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, escrita no início do século XVIII, "o ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram porque traz consigo o ser servido e respeitado de muitos. E [...] bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionadamente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino".

O comércio era considerado uma profissão menos digna e, em teoria, os homens de negócios estavam excluídos das Câmaras e das honrarias. O fato de que muitos deles fossem cristãos-novos acrescentava outro elemento de discriminação. Os artesãos também eram depreciados, pois considerava-se o trabalho manual uma atividade inferior. Quase sempre sem representação nas Câmaras, conseguiram às vezes se fazer ouvir através do "juiz de fora", magistrado profissional indicado pela Coroa que presidia a Câmara, nas cidades maiores.

* * *

Na cúpula da pirâmide social da população livre, ao lado da elite de traficantes, ficavam os grandes proprietários rurais e os comerciantes voltados para o comércio externo. Este era um quadro típico do litoral do Nordeste e mais tarde do Rio de Janeiro. Desempenhando um papel estratégico na vida da Colônia, os grandes comerciantes não foram incluídos na discriminação imposta em teoria a sua atividade. Ao contrário, descreveram uma curva de ascensão social e política a partir de meados do século XVII. Participaram cada vez mais das Câmaras e irmandades de prestígio e ocuparam postos elevados nas milícias.

Entre os dois setores de cúpula, houve pontos de aproximação e de rivalidade. De um lado, eles constituíam em conjunto as forças socialmente dominantes da Colônia, diante da massa de escravos e homens livres de condição inferior. A ascensão econômica dos comerciantes facilitou seu ingresso na elite colonial. Por meio do casamento e da compra de terras, muitos comerciantes se tornaram também senhores de engenho no Nordeste, a ponto de borrar, às vezes, a distinção entre os dois setores.

De outro lado, existiam razões potenciais de conflito. Os grandes comerciantes influíam nos preços dos produtos de exportação e importação, sobretudo quando conseguiam ocupar postos nas companhias privilegiadas de comércio, organizadas pela Coroa. Além disso, adiantavam recursos aos grandes proprietários rurais para financiar o plantio e a compra de escravos e equipamentos, com garantia de hipoteca sobre as terras. As questões de dívida, as controvérsias sobre pedidos de moratória foram freqüentes na área dos engenhos de açúcar do Nordeste. As disputas se acirravam quando vinham acompanhadas de uma divisão de origem entre senhores rurais nativos e comerciantes portugueses.

Um exemplo extremo das divergências foi a chamada Guerra dos Mascates, ocorrida em Pernambuco, entre 1710 e 1711. A rivalidade entre duas cidades – Olinda e Recife – refletiu na superfície a desavença mais profunda entre a velha Olinda dos senhores de engenho e o Recife dos "mascates", que pouco tinham de mascates. Tratava-se na realidade de grandes comerciantes, alguns dos quais tinham seu poder acrescido ao arrematarem, em leilões realizados pela Coroa, o direito de cobrar impostos.

* * *

Uma divisão da sociedade diretamente relacionada com o princípio de pureza de sangue dizia respeito à religião. Os súditos da Coroa residentes no Brasil eram, por definição, católicos. Mas havia os mais e os menos católicos. Estes eram os cristãos-novos, judeus ou seus descendentes, obrigados a converter-se ao cristianismo por decisão da monarquia lusa (1497). Sobre eles pesava a suspeita adicional de praticar em segredo a religião judaica. Os cristãos-novos tiveram um papel relevante, desde os primeiros tempos da Colônia, como mercadores, artesãos ou senhores de engenho, ocupando também cargos civis e eclesiásticos. Apesar desse papel relevante e talvez por isso mesmo, os cristãos-novos foram discriminados, alguns deles presos e mortos nas mãos de inquisidores. Comparativamente, entretanto, as perseguições não tiveram a eficiência das desencadeadas na América espanhola. A Inquisição não se instalou em caráter permanente no Brasil, e suas aterrorizantes visitas, com exceção da realizada ao Estado do Grão-Pará em 1763-1769, ocorreram na época em que a Coroa portuguesa esteve nas mãos dos reis da Espanha. O Santo Ofício inquisitório esteve na Bahia e em Pernambuco entre 1591 e 1595, voltando à Bahia em 1618.

* * *

Por último, lembremos a divisão entre homens e mulheres que se liga à análise da família. Tradicionalmente, sobretudo por influência dos estudos de Gilberto Freyre, a noção de família na Colônia é vinculada ao modelo patriarcal – uma família extensiva, constituída de parentes de sangue e afins, agregados e protegidos, sob a chefia indiscutível de uma figura masculina. A família patriarcal teve grande importância, marcando as relações entre sociedade e Estado. Mas ela foi característica da classe dominante, mais propriamente da classe dominante do Nordeste. Entre a gente de condição social inferior, a família extensiva não existiu e as mulheres tenderam a ter maior independência quando não tinham marido ou companheiro. Por exemplo, em Ouro Preto (1804), considerando-se 203 unidades domésticas, apenas 93 eram encabeçadas por homens.

Mesmo em relação às famílias de elite, o quadro de submissão das mulheres tem exceções. Em determinadas circunstâncias, elas desempenharam um relevante papel nas atividades econômicas. Isso ocorreu na região de São Paulo, onde as mulheres, descritas por um governador da capitania, por volta de 1692, como "formosas e varonis", assumiam a administração da casa e dos bens quando os homens se lançavam por vários anos às expedições do sertão.

A população colonial viveu em sua grande maioria no campo. As cidades cresceram aos poucos e foram dependentes do meio rural. A própria capital da Colônia foi descrita por frei Vicente do Salvador no século XVI como "cidade esquisita, de casas sem moradores, pois os proprietários passavam mais tempo em suas roças rurais, só acudindo no tempo das festas. A população urbana constava de mecânicos que exerciam seus ofícios, de mercadores, de oficiais de justiça, de fazenda, de guerra, obrigados à residência". Um padre jesuíta refere-se à pobreza da pequena São Paulo no século XVII como resultado da "constante ausência dos habitantes porque fora por ocasião de três ou quatro festas principais eles ficam em suas herdades ou andam por bosques e campos, em busca de índios, no que gastam suas vidas".

Esse quadro modificou-se em parte pela crescente influência dos grandes comerciantes, entre os quais se incluía a elite de traficantes de escravos, e pelo aumento do aparelho administrativo, aumentando o peso qualitativo das cidades. Fatos como a invasão holandesa e sobretudo a vinda da família real para o Rio de Janeiro tiveram também importância no crescimento dos centros urbanos.

* * *

Na historiografia brasileira há duas interpretações básicas, radicalmente opostas, acerca das relações entre Estado e sociedade. Uma delas localiza no Es-

tado o pólo dominante. A origem da dominação seria encontrada na formação do Estado português, que desde o século XIV caracterizava-se pela centralização precoce e pela vigência de um corpo de leis, como um Estado patrimonialista. Na Colônia, a burocracia estatal teria reforçado sua obra centralizadora, acentuando os mecanismos de poder e de repressão. Seus braços atingiriam até mesmo o sertão distante através de caudilhos e bandeirantes que, em última análise, agiam em nome do Estado.

A orientação oposta, mais antiga, considera que um setor da sociedade impera na Colônia diante de um Estado frouxo e sem expressão. O pólo dominante residiria nos grandes proprietários de terras. Seriam eles quem governa, quem legisla, quem faz justiça, quem guerreia contra as tribos do interior, em defesa das populações que habitam próximas às suas fazendas, que são como seus castelos feudais e as cortes de seus senhorios.

Não é possível colocar-se na linha de uma ou outra dessas interpretações por duas razões principais: 1º – porque elas se apresentam como um modelo imposto a espaços e momentos históricos diversos; 2º – porque ao separar radicalmente Estado de um lado e sociedade de outro tende-se a excluir a possibilidade de entrelaçamento dos dois níveis. Começando pela mais antiga, podemos dizer que a ausência do Estado e o preenchimento de suas funções por grupos privados ocorreu em certas áreas, como no sertão nordestino, voltadas para a pecuária. Mas isso não serve para definir o quadro mais geral da Colônia.

Por outro lado, o Estado português não se ajusta à idéia de uma máquina burocrática esmagadora, transposta com êxito para a Colônia. A tentativa de transpor a organização administrativa lusa para o Brasil chocou-se com inúmeros obstáculos, dada a extensão da Colônia, a distância da Metrópole e a novidade dos problemas a serem enfrentados. O Estado foi estendendo seu alcance ao longo do tempo, diríamos melhor ao longo dos séculos, sendo mais presente nas regiões que eram o núcleo fundamental da economia de exportação. Até meados do século XVII, a ação das autoridades somente se exerceu com eficácia na sede do governo-geral e das capitanias à sua volta. Nas outras regiões predominaram as ordens religiosas, especialmente a dos jesuítas, considerada um Estado dentro do Estado, ou os grandes proprietários rurais e apresadores de índios.

Com a descoberta das minas de ouro e diamantes, no início do século XVIII, o Estado aumentou seus controles com o objetivo de organizar uma sociedade em rápido crescimento e de assegurar a percepção dos tributos sobre as novas riquezas. Mas mesmo aí só o Distrito Diamantino, instalado em Minas

Gerais, correspondeu à imagem de um Estado sobreposto à sociedade, amputando todos os membros que resistissem a seu domínio.

Isto não quer dizer que seja inviável estabelecer um padrão geral das relações entre Estado e sociedade no Brasil colonial, respeitadas as diferenças de tempo e espaço. Em primeiro lugar, sobretudo quando nos referimos aos níveis mais altos da atividade do Estado, será quase sempre possível distinguir entre a ação do Estado e os interesses dominantes da sociedade. A Coroa e seus prepostos no Brasil assumiram um papel de organizador geral da vida da colônia que não correspondia necessariamente a esses interesses. Por exemplo, medidas tendentes a limitar a escravização dos índios ou a garantir o suprimento de gêneros alimentícios por meio do plantio obrigatório nas fazendas foram recebidas até com revolta pelos apresadores de índios e proprietários rurais.

Mas Estado e sociedade não são dois mundos estranhos. Pelo contrário, há um duplo movimento do Estado em direção à sociedade e desta em direção ao Estado, caracterizando-se pela indefinição dos espaços público e privado. Se, por um lado, o Estado é penetrado por interesses particulares, por outro, sua ação não tem limites claros, decorrentes de garantias individuais dos cidadãos. Os traços do Estado patrimonial luso, onde tudo, em última análise, é patrimônio do rei, ajustam-se aos traços da sociedade colonial onde a representação de classe, pensada como representação coletiva de um setor social, cede terreno à solidariedade familiar.

A família ou as famílias em aliança da classe dominante surgem como redes formadas não apenas por parentes de sangue mas por padrinhos e afilhados, por protegidos e amigos. Para a Coroa, o Estado é um patrimônio régio e os governantes devem ser escolhidos entre os homens leais ao rei. Por sua vez, os setores dominantes da sociedade tratam de abrir caminho na máquina estatal ou de receber as graças dos governantes em beneficio da rede familiar.

Por caminhos diversos, resulta disso um governo que se exerce não segundo critérios de impessoalidade e de respeito à lei, mas segundo critérios de lealdade. Uma conhecida expressão, "para os amigos tudo, para os inimigos a lei", resume a concepção e a prática descritas.

1.5. AS ATIVIDADES ECONÔMICAS

A diversidade regional caracterizou a vida econômica da Colônia.

Na faixa litorânea, o Nordeste representou o primeiro centro de colonização e de urbanização da nova terra. A atual situação do Nordeste não é fruto da

:: ir. mas de um processo histórico. Até meados do século XVIII, a região rsstina concentrou as atividades econômicas e a vida social mais significada Colônia; nesse período, o Sul foi uma área periférica, menos urbaniza- ^^•rm vinculação direta com a economia exportadora. Salvador foi a capital . : mm até 1763 e, por muito tempo, sua única cidade importante. Embora mia dados de população seguros até meados do século XVIII, calcula-se «me tinha 14 mil habitantes em 1585,25 mil em 1724 e cerca de 40 mil em 1750, aie dos quais eram escravos. Esses números podem parecer modestos, mas muita significação quando confrontados com os de outras regiões: São Pau- : .: exemplo, tinha menos de 2 mil habitantes em 1600.

- empresa açucareira foi o núcleo central da ativação socioeconômica do Harceste. O açúcar tem uma longa e variada história, tanto no que se refere a **H E O** quanto à localização geográfica. No século XV era ainda uma especia- -rilizada como remédio ou condimento exótico. Livros de receitas do século 1 mdicam que estava ganhando lugar no consumo da aristocracia européia. -: passaria de um produto de luxo a um bem de consumo de massa.

Foi nas décadas de 1530 e 1540 que a produção açucareira se estabeleceu : ; u.ul em bases sólidas. Sm sua expedição de 1552, Martim Afonso trouxe me reritc na manufatura do açúcar, bem como portugueses, italianos e flamen- :: m experiência na atividade açucareira na ilha da Madeira. Plantou-se cana astruiram-se engenhos em todas as capitanias, de São Vicente a Pernamfcoco. Um dos objetivos centrais da criação do governo-geral foi incentivar a ::: aucão na abandonada capitania da Bahia. As instruções trazidas por Tcmé •ác Sousa continham uma série de preceitos destinados a estimular o plantio e a - : mar ae cana, concedendo entre outras vantagens isenção de impostos por •m certo tempo. Além disso, o governador geral, ainda por determinação do •cgimento, construiu um engenho de propriedade da Coroa em Pirajá, próximo a Salvador.

Xa capitania de São Vicente, Martim Afonso foi sócio, com portugueses e estrangeiros, de um engenho que talvez tenha sido o maior do sul da colônia - ***0*** São Jorge dos Erasmos -, nome derivado do alemão Erasmo Schetz, que o comprou dos sócios originais. A produção de cana no Rio de Janeiro, especialmente na região de Campos, teve também expressão, mas até o século XVIII a cachaça e não o açúcar foi o principal produto obtido, sendo utilizada sobretudo como moeda de troca no comércio de escravos com Angola.

Os grandes centros açucareiros na Colônia foram Pernambuco e Bahia. Faxores climáticos, geográficos, políticos e econômicos explicam essa localização.

As duas capitanias combinavam, na região costeira, boa qualidade de solos e um adequado regime de chuvas. Estavam mais próximas dos centros importadores europeus e contavam com relativa facilidade de escoamento da produção à medida que Salvador e Recife se tornavam portos importantes.

* * *

A instalação de um engenho constituía um empreendimento considerável. Em regra, abrangia as plantações de cana, o equipamento para processá-la, as construções, os escravos e outros itens, como gado, pastagens, carros de transporte, além da casa-grande. A operação de processamento de cana até chegar ao açúcar era complexa. Já nos primeiros tempos requeria capacidade administrativa e uso de tecnologia, aprimorada ao longo dos anos. Várias fases se sucediam, passando pela extração do líquido, sua purificação e purgação. A cana era moída por um sistema de tambores, impulsionados por força hidráulica ou por animais. Os engenhos movidos a água, por seu maior tamanho e produtividade, ficaram conhecidos como engenhos reais.

Tanto no Brasil quanto em Portugal não foram instaladas refinarias no período colonial. O açúcar do Brasil era chamado de barreado porque utilizava-se barro na sua preparação. Isso não significa que fosse de má qualidade. O açúcar barreado resultava no açúcar branco, muito apreciado na Europa, assim como no mascavo, de cor pardacenta, considerado na época de qualidade inferior. Desse modo, a técnica de se obter açúcar branco com o emprego de barro compensava, em parte, a inexistência de refinarias.

A instalação e a atividade de um engenho eram operações custosas, que dependiam da obtenção de créditos. No século XVI, boa parte desses créditos provinha de investidores estrangeiros, flamengos e italianos, ou da própria Metrópole. Posteriormente, no século XVII, essas fontes parecem ter-se tornado pouco significativas. Pelo menos na Bahia, as duas principais fontes de crédito vieram a ser as instituições religiosas e beneficentes, em primeiro lugar, e os comerciantes. Os comerciantes tinham com os senhores de engenho um relacionamento especial. Financiavam instalações, adiantavam recursos para se tocar o negócio e, pela própria posição que ocupavam, tinham facilidade de fornecer bens de consumo importados. As contas entre as duas partes eram acertadas no fim da safra. Muitas vezes os comerciantes aceitavam receber açúcar em pagamento de dívidas, mas a preço abaixo do mercado. A história final do comércio açucareiro escapava de mãos locais e mesmo de mãos portuguesas. Os grandes centros importadores estavam em Amsterdã, Londres, Hamburgo e

Gênova e tinham grande poder na fixação dos preços, por maiores que fossem os esforços de Portugal no sentido de monopolizar o produto mais rentável de sua colônia americana.

Foi no âmbito da produção açucareira que se deu com maior nitidez a gradativa passagem da escravidão indígena para a africana. Nas décadas de 1550 e 1560, praticamente não havia africanos nos engenhos do Nordeste. A mão-de-obra era constituída de escravos índios ou, em muito menor escala, de índios provenientes das aldeias jesuíticas, que recebiam um salário ínfimo. Tomando o exemplo de um grande engenho – Sergipe do Conde, na Bahia –, cujos registros sobreviveram até hoje, podemos ter uma idéia de como se deu a transição. Em 1574, os africanos representavam apenas 7% da força de trabalho escrava; em 1591 eram 37% e, em torno de 1638, africanos e afro-brasileiros compunham a totalidade da força de trabalho.

Os cativos realizavam um grande número de tarefas, sendo concentrados em sua maioria nos pesados trabalhos do campo. A situação de quem trabalhava na moenda, nas fornalhas e nas caldeiras podia ser pior. Não era incomum que escravos perdessem a mão ou um braço na moenda. Fornalhas e caldeiras produziam um calor insuportável e ali os trabalhadores se arriscavam a sofrer queimaduras. Muitos cativos eram treinados desde cedo para esse serviço, considerado também um castigo para os rebeldes. Apesar de tudo, excepcionalmente, escravos subiam na hierarquia de funções e chegavam a "banqueiros" – um auxiliar do mestre de açúcar – ou mesmo a mestre. Este era um trabalhador especializado, responsável pelas operações finais e, em última análise, pela qualidade do açúcar.

Vários senhores de engenho tiveram poder econômico, social e político na vida da colônia. Constituíram uma aristocracia de riqueza e poder, mas não uma nobreza hereditária, do tipo que existia na Europa. O rei concedeu títulos de nobreza por serviços prestados ou mediante pagamento. Entretanto, esses títulos não passavam aos herdeiros. Não exageremos porém a estabilidade social e a riqueza dos senhores de engenho, generalizando para o conjunto de uma classe social aquilo que foi característica de algumas famílias. O negócio da cana trazia riscos, dependendo da oscilação de preços, de uma boa administração, do controle da massa escrava. Os engenhos foram mais permanentes do que seus senhores. Existiram com os mesmos nomes por centenas de anos, porém mudaram várias vezes de mãos.

Quem eram os senhores de engenho nos primeiros tempos? Algumas famílias de origem nobre ou com altos cargos na administração portuguesa, imi-

grantes com posses, comerciantes que se dedicavam ao mesmo tempo à produção. Bem poucos eram fidalgos e nem todos católicos de longa data. Cristãos-novos estiveram bem representados entre os primeiros senhores de engenho baianos. De 41 engenhos cujos proprietários tiveram suas origens identificadas no período 1587-1592, doze pertenciam a cristãos-novos. Com o correr do tempo, a partir de muitos casamentos realizados entre as mesmas famílias, os senhores de engenho se converteram em uma classe homogênea. Seus membros mais prestigiosos trataram então de traçar uma genealogia que estabelecesse suas raízes nobres em Portugal.

Entre os dois extremos de senhores e escravos ficavam os libertos e os trabalhadores brancos que trabalhavam em serviços especializados como artesãos (ferreiros, carpinteiros, serralheiros etc.) e mestres de açúcar. O grupo mais numeroso de homens livres cujas atividades se ligavam ao engenho era o dos plantadores de cana, produtores independentes que não possuíam recursos para montar um engenho. Dependiam dos senhores mas, às vezes, tinham algum poder de negociar quando a produção de cana nos engenhos era escassa. Raramente mulatos ou negros libertos foram plantadores de cana. Admitida essa exclusão racial, o poder econômico do setor variou muito. Havia desde humildes, cultivando pequenas extensões de terra com dois ou três escravos, até outros que possuíam vinte ou trinta cativos e eram candidatos a senhor de engenho.

Sem entrar nas minúcias dos vaivéns do negócio açucareiro, podemos distinguir algumas fases básicas de sua história no período colonial, demarcadas pelas guerras, pelas invasões estrangeiras e pela concorrência. Entre 1570 e 1620 houve uma conjuntura de expansão, dado o crescimento da demanda na Europa e por não haver praticamente concorrência. A partir daí, os negócios se complicaram como conseqüência do início da Guerra dos Trinta Anos no continente europeu (1618) e, depois, por causa das invasões holandesas no Nordeste.

As invasões tiveram em geral um efeito muito negativo, embora seja necessário fazer algumas distinções. A ocupação de Salvador (1624-1625) foi desatrosa para a economia açucareira do Recôncavo Baiano, mas não para Pernambuco. Por sua vez, enquanto Pernambuco sofria as conseqüências das lutas resultantes de uma nova invasão holandesa entre 1630 e 1637, a Bahia beneficiou-se da escassez do produto no mercado internacional e da conseqüente elevação de preços.

Na década de 1630 surgiu a concorrência. Nas pequenas ilhas das Antilhas, a Inglaterra, a França e a Holanda iniciaram o plantio em grande escala, provocando uma série de efeitos negativos na economia açucareira do Nordeste. A

formação de preços fugiu ainda mais das mãos dos comerciantes portugueses e dos produtores coloniais no Brasil. A produção antilhana, também com base no trabalho escravo, gerou uma elevação do preço dos escravos e incentivou a concorrência de holandeses, ingleses e franceses no comércio negreiro da costa africana. Nunca mais a economia açucareira do Brasil voltaria aos "velhos bons tempos". Mas no período colonial a renda das exportações do açúcar sempre ocupou o primeiro lugar. Mesmo no auge da exportação do ouro, o açúcar continuou a ser o produto mais importante, pelo menos no comércio legal. Assim, em 1760 ele correspondeu a 50% do valor total das exportações e o ouro a 46%. Afora isso, no fim do período colonial a produção teve um novo alento, e não só na área nordestina. Medidas tomadas pelo marquês de Pombal e uma série de acontecimentos internacionais favoreceram a expansão. Dentre esses acontecimentos, devemos destacar a grande rebelião de escravos ocorrida em 1791 em São Domingos, colônia francesa nas Antilhas. Durante dez anos de guerra, São Domingos – grande produtor de açúcar e café – saiu da cena internacional. No início do século XIX, produziam açúcar, pela ordem de importância, a Bahia, Pernambuco e o Rio de Janeiro. São Paulo começava a despontar, mas ainda como modesto exportador.

Do ponto de vista econômico e social, o Nordeste colonial não foi só açúcar, até porque o próprio açúcar gerou uma diversificação de atividades dentro de certos limites. A tendência à especialização no cultivo da cana trouxe como conseqüência uma contínua escassez de alimentos, incentivando a produção de gêneros alimentícios, especialmente da mandioca. A criação de gado esteve também em parte vinculada às necessidades da economia açucareira.

* * *

O fumo foi a segunda maior atividade destinada à exportação, embora estivesse muito longe de competir com o açúcar. A grande região produtora localizou-se no Recôncavo baiano. Produziram-se vários tipos de fumo, desde os mais finos, exportados para a Europa, até os mais grosseiros, que foram importantes como moeda de troca na costa da África. A viabilidade da produção em reduzida escala permitiu a existência de um setor de pequenos proprietários, formado por antigos produtores de mandioca ou imigrantes portugueses com poucos recursos. Ao longo dos anos, cresceu no setor a presença de mulatos. Uma amostra de 450 lavradores de fumo baianos entre 1684 e 1725 revelou que somente 3% eram mulatos, enquanto em um estudo semelhante realizado no fim do século XVIII esse percentual subiu para 27%.

* * *

A criação de gado começou nas proximidades dos engenhos, mas a tendência à ocupação das terras mais férteis para o cultivo da cana foi empurrando os criadores para o interior. Em 1701 a administração portuguesa proibiu a criação em uma faixa de oitenta quilômetros da costa para o interior. A pecuária foi responsável pelo desbravamento do "grande sertão". Os criadores penetraram no Piauí, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e, a partir da área do rio São Francisco, chegaram aos rios Tocantins e Araguaia. Foram essas regiões, mais do que o litoral, que se caracterizaram por imensos latifúndios, onde o gado se esparramava a perder de vista. No fim do século XVII existiam propriedades no sertão baiano maiores do que Portugal e um grande fazendeiro chegava a possuir mais de 1 milhão de hectares em terras.

1.6. A UNIÃO IBÉRICA E SEUS REFLEXOS NO BRASIL

Uma mudança de rumos da monarquia portuguesa teve importantes conseqüências na Colônia. Na esteira de uma crise que deixou vago o trono de Portugal, a nobreza e a grande burguesia lusa aclamaram Filipe II da Espanha como rei português, pondo fim à dinastia de Avis (1580). A presença dos Habsburgos de Espanha no trono de Portugal iria perdurar até 1640. Além das íntimas ligações entre as nobrezas espanhola e portuguesa, pesaram nessa resolução interesses vinculados ao mundo colonial. Com a união das duas coroas, a burguesia mercantil portuguesa esperava ter maior acesso ao mercado espanhol na América, trocando prata por escravos e alimentos.

A União Ibérica provocou, na prática, o desconhecimento temporário do meridiano de Tordesilhas, abrindo à penetração de desbravadores portugueses territórios situados na região amazônica e em áreas que hoje fazem parte do Brasil central, na direção de Goiás e Mato Grosso.

Do ponto de vista institucional, uma das medidas de maior importância do período foi a promulgação das Ordenações Filipinas (1603), legislação que consolidou e ampliou as leis portuguesas. As Ordenações tiveram uma longa vigência no Brasil, a ponto de algumas de suas determinações só terem sido revogadas pela entrada em vigor do Código Civil (1917).

A conseqüência mais significativa da união das duas coroas se deu no plano das relações internacionais. A proximidade entre Portugal e os Países Baixos desaparecia, dando lugar a um período de confrontação aberta, como decorrência do conflito existente entre os Países Baixos e a Espanha. No mundo colonial

americano, a luta girou em torno do controle do comércio de açúcar e do tráfico de escravos.

Foi no âmbito desse quadro que se deram as invasões holandesas no Brasil – o maior conflito político-militar da época colonial. Os holandeses iniciaram suas investidas pilhando a costa africana (1595) e a cidade de Salvador (1604). Mas a Trégua dos Doze Anos entre a Espanha e os Países Baixos (1609-1621) deixou Portugal em situação relativamente calma. O fim da trégua e a criação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais marcam a mudança do quadro. Formada com capitais do Estado e de financistas particulares, a companhia teria como alvos principais a ocupação das zonas de produção açucareira na América portuguesa e o controle do suprimento de escravos.

As invasões começaram com a ocupação de Salvador em 1624. Os holandeses levaram pouco mais de 24 horas para dominar a cidade, mas praticamente não conseguiram sair de seus limites. Os chamados homens bons refugiaram-se nas fazendas próximas à capital e organizaram a resistência, a cargo de Matias de Albuquerque, novo governador por eles escolhido e do bispo Dom Marcos Teixeira. Utilizando-se da tática de guerrilhas e com reforços chegados da Europa, impediram a expansão dos invasores. Uma frota composta de 52 navios e mais de 12 mil homens juntou-se a seguir às tropas combatentes. Depois de duros combates, os holandeses se renderam (maio de 1625). Tinham permanecido na Bahia por um ano.

O ataque a Pernambuco se iniciou em 1630 pela conquista de Olinda. A partir desse episódio a guerra pode ser dividida em três períodos distintos. Entre 1630 e 1637 travou-se uma guerra de resistência, terminando com a afirmação do poder holandês sobre toda a região compreendida entre o Ceará e o rio São Francisco. Nesse período destacou-se de forma negativa, na visão luso-brasileira, a figura de Domingos Fernandes Calabar, nascido em Porto Calvo (Alagoas), perfeito conhecedor do terreno onde se travavam os combates. Calabar passou das forças luso-brasileiras para as holandesas, tornando-se um eficaz colaborador destas até ser preso e executado.

O segundo período, entre 1637 e 1644, caracteriza-se por ser de relativa paz, relacionada com o governo do conde, e mais tarde príncipe, alemão Maurício de Nassau. O nome de Nassau se associa a uma série de importantes iniciativas políticas e realizações. Visando pôr fim à paralisação da economia e estabelecer vínculos com a sociedade local, mandou vender a crédito os engenhos abandonados pelos donos, que haviam fugido para a Bahia. Preocupou-se em enfren-

tar as crises de abastecimento, obrigando os proprietários rurais a plantar na proporção do número de seus escravos o "pão do país", ou seja, a mandioca.

O príncipe, que era calvinista, foi tolerante com os católicos e, ao que tudo indica, apesar de controvérsias a respeito, com os israelitas. Os chamados cripto-judeus, isto é, os cristãos-novos que praticavam o antigo culto às escondidas, foram autorizados a professá-lo abertamente. Duas sinagogas existiram em Recife na década de 1640 e muitos judeus vieram da Holanda. Quando os holandeses se retiraram do Brasil, uma das cláusulas da rendição autorizou os judeus que haviam estado do lado dos flamengos a emigrar. Eles seguiram para o Suriname, a Jamaica e Nova Amsterdã (Nova York), ou retornaram à Holanda.

Nassau favoreceu a vinda de artistas, naturalistas e letrados para Pernambuco. Entre os artistas encontrava-se Frans Post, pintor das primeiras paisagens e cenas da vida brasileira. O príncipe teve ainda seu nome ligado aos melhoramentos feitos em Recife, elevada pelos holandeses à categoria de capital da capitania, no lugar de Olinda. Construiu ao lado do velho Recife a Cidade Maurícia, com traçado geométrico e canais - uma tentativa de réplica tropical da distante Amsterdã. Em razão de desavenças com a Companhia das índias Ocidentais, Nassau regressou à Europa em 1644.

O terceiro período de guerra, entre 1645 a 1654, define-se pela reconquista. O fim do período de união das duas coroas não trouxe a paz. O quadro das relações entre Portugal e Holanda, anterior ao domínio espanhol, se modificara. As relações pacíficas entre os dois países, anteriores a 1580, não seriam restabelecidas automaticamente. Os holandeses ocupavam agora parte do território do Brasil e dele não pretendiam sair.

O principal centro da revolta contra a presença holandesa localizou-se em Pernambuco, onde se destacaram as figuras de André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, este último um dos mais ricos proprietários da região. A eles se juntaram o negro Henrique Dias e o índio Filipe Camarão. Depois de alguns êxitos iniciais dos luso-brasileiros a guerra entrou em um impasse, prolongando-se por vários anos. Enquanto os revoltosos dominavam o interior, Recife permanecia em mãos holandesas. O impasse foi quebrado nas duas batalhas de Guararapes, com a vitória dos insurretos (1648 e 1649). Além disso, uma série de circunstâncias complicou a situação dos invasores. A Companhia das índias Ocidentais entrara em crise e ninguém queria mais investir nela seus recursos. Existia na Holanda um grupo favorável à paz com Portugal, sob a alegação de que o comércio do sal de Setúbal era básico para a indústria pesqueira holandesa e de maior importância econômica do que os lucros duvidosos da colônia

ultramarina. Por último, o início da guerra entre a Holanda e a Inglaterra, em 1652, tornou escassos os recursos para operações militares no Brasil. No ano seguinte, uma esquadra portuguesa cercou Recife por mar, chegando-se afinal à capitulação dos holandeses em 1654.

A história da ocupação flamenga é um claro exemplo das relações entre produção colonial e tráfico de escravos. Tão logo conseguiram estabilizar razoavelmente a indústria açucareira no Nordeste, os holandeses trataram de garantir o suprimento de escravos, controlando suas fontes na África. Na verdade, houve duas frentes de combate, muito distantes geograficamente, mas interligadas. Vários pontos da Costa da Mina foram ocupados em 1637. Uma trégua estabelecida entre Portugal e Holanda logo após a Restauração foi rompida por Nassau, com a ocupação de Luanda e Benguela, em Angola (1641). Foram tropas luso-brasileiras, sob o comando de Salvador Correia de Sá, as responsáveis pela retomada de Angola em 1648. Não por acaso, homens como João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros estiveram à frente da administração portuguesa naquela colônia africana.

Os recursos levantados localmente para a guerra no Nordeste representaram dois terços dos gastos na fase de resistência e a quase totalidade na luta de reconquista. Da mesma forma, enquanto na primeira fase da guerra tropas formadas por portugueses, castelhanos e mercenários napolitanos foram amplamente majoritárias, na segunda fase soldados da terra e, mais ainda, gente de Pernambuco tiveram superioridade numérica. A mesma coisa ocorreu com relação ao comando militar. Foram esses homens os principais responsáveis pela tática de guerra volante, "a guerra do Brasil", em oposição à "guerra da Europa", de que resultaram vitórias decisivas sobre os holandeses.

Sublinhar o papel das forças locais não significa que elas constituissem um exército democrático, um modelo da "união das três raças". Por sua importância, Calabar ficou conhecido como "o grande traidor" na primeira fase da guerra. Mas ele não foi um caso único. Na realidade, os holandeses contaram sempre com a ajuda de gente da terra, entre vários senhores de engenho e lavradores de cana ou entre grupos mal ou não integrados à ordem colonial portuguesa, como cristãos-novos, negros escravos, índios tapuias, mestiços pobres e miseráveis. É certo que os índios de Camarão e os negros de Henrique Dias formaram com os luso-brasileiros. Porém a mobilização se deu em níveis reduzidos. Por exemplo, em 1648 o contingente de Henrique Dias contava com trezentos soldados, o que equivalia a 10% do total dos homens em armas e a 0,75% da população escrava da região.

A forma pela qual se deu a expulsão dos holandeses impulsionou o nativismo pernambucano. Ao longo de duzentos anos, até a Revolução Praieira (1848), Pernambuco tornou-se um centro de manifestações de autonomia, de independência e de revolta aberta. Até a Independência, o alvo principal era a Metrópole portuguesa; depois dela, preponderou a afirmação de autonomia da província, muitas vezes colorida com tintas de reivindicação social. O nativismo teve conteúdos variados, ao longo dos anos, de acordo com as situações históricas específicas e os grupos sociais envolvidos. Mas se manteve como referência básica no imaginário social pernambucano.

1.7. A COLONIZAÇÃO DA PERIFERIA

Longe do centro principal da vida da colônia, o Norte do Brasil viveu uma existência muito diversa do Nordeste. A colonização ocorreu aí lentamente, a integração econômica com o mercado europeu foi precária até fins do século XVIII e o trabalho compulsório indígena dominante. Para simplificar, estamos falando da região como se fosse um todo, mas não devemos esquecer as profundas diferenças entre o Maranhão, de um lado, e a Amazônia, de outro.

Até 1612, quando os franceses se estabeleceram no Maranhão, fundando São Luís, os portugueses não tinham demonstrado maior interesse ou possibilidade de se instalar na região. Os riscos de perda territorial levaram à expulsão dos franceses e, em 1616, à fundação de Belém. Esta foi a base de uma gradual penetração pelo rio Amazonas, percorrido na viagem de Pedro Teixeira (1637) até o Peru. Em 1690, os portugueses instalaram um pequeno posto avançado perto de onde hoje se localiza Manaus, na boca do rio Negro. A Coroa estabeleceu uma administração à parte do Norte do país, criando o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com governador e administração separados do Estado do Brasil. O Estado do Maranhão teve existência pelo menos formal e intermitente até 1774.

A influência indígena foi nítida, tanto em termos numéricos como culturais. A língua dominante em pleno século XVIII era a "língua franca", uma variante do tupi. Houve uma extensa mestiçagem da população, mesmo porque as mulheres brancas eram raras, apesar dos esforços de enviar emigrantes dos Açores para São Luís.

Se todas as regiões do Brasil colonial tiveram problemas de escassez de moeda, no Norte esse fato seria ainda mais acentuado. Até meados do século XVIII, foram freqüentes as trocas diretas de produtos ou a utilização de pano de algodão ou de cacau como moeda. As tentativas de implantar uma agricultura ex-

portadora baseada no açúcar e no algodão em grande medida fracassaram até as últimas décadas do século XVIII. Por essa época, o Maranhão transformou-se rapidamente em importante região produtora de algodão e o seu plantio se estendeu ao Nordeste. No seu conjunto, a produção do Norte baseou-se nos produtos da floresta, as chamadas "drogas do sertão", como a baunilha, a salsaparrilha e sobretudo o cacau nativo, colhido por índios e mestiços ao longo dos rios e trazido até Belém.

A grande presença de indígenas fez do Norte um dos principais campos de atividade missionária das ordens religiosas, com os jesuítas à frente. Estima-se que, em torno de 1740, cerca de 50 mil índios viviam nas aldeias jesuíticas e franciscanas. Foi importante a ação do padre Antônio Vieira, que chegou ao Brasil em 1653 como provincial da Ordem dos Jesuítas, desenvolvendo uma intensa pregação a fim de limitar os abusos cometidos contra os índios. Os conflitos entre representantes da Coroa, colonizadores e religiosos foram constantes na região. Os jesuítas eram muito visados, pois tinham um projeto de aculturação e controle dos indígenas diverso do dos colonizadores. Além disso, possuíam extensas fazendas de gado, plantações de algodão e engenhos, e participavam ativamente do comércio das drogas do sertão. Enfrentaram uma série de problemas, sendo expulsos do Maranhão em 1684. Com o apoio da Coroa, voltaram dois anos depois, mas o equilíbrio entre missionários e colonos seria sempre precário até a expulsão definitiva dos jesuítas, em 1759.

Escrevendo a primeira História do Brasil, em 1627, frei Vicente do Salvador lamentava o caráter predatório da colonização e o fato de que os portugueses tinham sido até então incapazes de povoar o interior da nova terra, "arranhando as costas como carangueijos". Esta última afirmação era em boa parte verdadeira, mas começava a ser contrariada em algumas regiões, especialmente no centro-sul do país.

A colonização da capitania de São Vicente começou pelo litoral, com o plantio de cana e a construção de engenhos. Essa atividade não foi muito longe. O açúcar produzido concorria desvantajosamente com o do Nordeste, seja pela qualidade do solo, seja pela maior distância dos portos europeus.

Por outro lado, a existência de índios, em grande número, atraiu para a região os primeiros jesuítas. Padres e colonizadores, com objetivos diferentes, iniciam atirar-se a uma grande aventura no rumo do interior: a escalada da serra do Mar, abrindo caminho por trilhas indígenas até chegar ao planalto de Piratininga, a uma altura de oitocentos metros. Em 1554, os padres Nóbrega e Anchieta fundaram no planalto a povoação de São Paulo, convertida em vila em

1561, aí instalando o colégio dos jesuítas. Separados da costa pela barreira natural, os primeiros colonizadores e os missionários se voltaram cada vez mais para o sertão, percorrendo caminhos com a ajuda dos índios e utilizando-se da rede fluvial formada pelo Tietê, o Paranaíba e outros rios.

Houve algumas semelhanças entre a região paulista, em seus tempos mais remotos, e a periferia do Norte: fraqueza de uma agricultura exportadora, forte presença de índios, disputa entre colonizadores e missionários pelo controle destes, escassez de moeda e freqüente uso da troca. Particularmente notável foi a influência indígena. Um extenso cruzamento, incentivado pelo número muito pequeno de mulheres brancas, deu origem ao mestiço de branco com índio, chamado de mameluco. O tupi era uma língua dominante até o século XVIII. Os portugueses de São Paulo adotaram muitos dos hábitos e habilidades indígenas, tornando-se capazes de usar tanto o arco e flecha como as armas de fogo.

Mais uma vez, missionários e colonizadores se chocaram, dados os seus métodos e objetivos diversos na subordinação dos índios. Por exemplo, decisões do papa e da Coroa (1639-1640), reiterando os limites à escravização indígena, provocaram violentas reações no Rio de Janeiro, em Santos e em São Paulo. Os jesuítas foram expulsos da região, só retornando a São Paulo em 1653.

Apesar das semelhanças iniciais com o Norte, a região de São Paulo teria já a partir de fins do século XVI uma história bem peculiar. Os povoadores combinaram o plantio da uva, do algodão e sobretudo do trigo com outras atividades que os levaram a uma profunda interiorização nas áreas desconhecidas ou pouco exploradas do Brasil. Paulistas criadores de gado espalharam-se pelo Nordeste, penetrando no vale do rio São Francisco até chegar ao Piauí. No Sul, o atual Paraná - onde ocorreram algumas tentativas de mineração - tornou-se uma extensão de São Paulo. O gado esparramou-se por Santa Catarina, Rio Grande do Sul e a Banda Oriental (Uruguai).

Iniciativas individuais combinaram-se com a ação da Coroa, interessada em assegurar a ocupação da área e estender quanto possível a fronteira com a América espanhola. Imigrantes trazidos do arquipélago dos Açores e paulistas fundaram Laguna em Santa Catarina (1684). Alguns anos antes (1680), os portugueses haviam estabelecido às margens do rio da Prata, em frente a Buenos Aires, a Colônia do Sacramento, pretendendo com isso interferir no comércio do Alto Peru, especialmente da prata, que transitava pelo rio no rumo do exterior.

1.8. AS BANDEIRAS E A SOCIEDADE PAULISTA

A grande marca deixada pelos paulistas na vida colonial do século XVII foram as bandeiras. Expedições reunindo às vezes milhares de índios lançaram-se pelo sertão, aí passando meses e às vezes anos, em busca de indígenas a serem escravizados e metais preciosos. Não é difícil entender que índios já cativos participassem dessas expedições, pois a guerra – ao contrário da agricultura – era uma atividade própria do homem nas sociedades indígenas. O número de mamelucos e índios sempre superou o dos brancos. Por exemplo, a grande bandeira de Manuel Preto e Raposo Tavares, que atacou a região do Guaíra em 1629, era composta de 69 brancos, 900 mamelucos e 2 mil indígenas.

As bandeiras tomaram uma série de direções: Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e as regiões onde se localizavam as aldeias de índios guaranis organizadas pelos jesuítas espanhóis. Dentre elas destacava-se o Guaíra, situado no oeste do Paraná, entre os rios Paranapanema e Iguaçu, região onde os bandeirantes empreenderam seguidas campanhas de saques, destruição e apresamento de índios. Algumas bandeiras realizaram imensas viagens, em que a atração por uma grande aventura se mesclava com os objetivos econômicos. Já veterano, Raposo Tavares percorreu, entre 1648 e 1652, um roteiro de 12 mil quilômetros: caminhou em direção ao Paraguai até os contrafortes dos Andes, seguiu depois no rumo nordeste, atravessando o atual Estado de Rondônia, para em seguida descer os rios Mamoré e Madeira e, pelo Amazonas, chegar afinal a Belém.

As relações entre os interesses da Coroa e o bandeirismo foram complexas. Houve bandeiras que contaram com o direto incentivo da administração portuguesa, e outras não. De um modo geral, a busca de metais preciosos, o apresamento de índios em determinados períodos e a expansão territorial eram compatíveis com os objetivos da Metrópole. Os bandeirantes serviram também aos propósitos de repressão de populações submetidas no Norte e no Nordeste do país. Domingos Jorge Velho e outro paulista, Matias Cardoso de Almeida, participaram do combate no Rio Grande do Norte à longa rebelião indígena conhecida como Guerra dos Bárbaros (1683-1713). O mesmo Domingos Jorge Velho conduziu a campanha final de liquidação do quilombo dos Palmares em Alagoas (1690-1695).

Observadores jesuítas estimaram em 300 mil o número de índios capturados apenas nas missões do Paraguai. Esses números podem ser exagerados, mas outras estimativas também são sempre elevadas. O que teria sido feito desses índios? Os indícios mais fortes vão no sentido de que muitos foram vendidos

como escravos em São Vicente e principalmente no Rio de Janeiro, onde a produção de açúcar desenvolveu-se ao longo do século XVII. Segundo dados da Congregação de São Bento, de um terço a um quarto da força de trabalho dos engenhos beneditinos do Rio de Janeiro era constituída de índios. Devemos também levar em conta a conjuntura da escassez de suprimento de escravos africanos entre 1625 e 1650, em conseqüência da intervenção dos holandeses. Não é uma simples coincidência que naqueles anos tenha ocorrido uma ativação das bandeiras.

Em anos recentes, demonstrou-se que uma parte considerável dos índios apresados foi utilizada na própria economia paulista, em especial no cultivo do trigo. O fato se concentrou no século XVII, ligando-se às invasões holandesas. Com a destruição da frota portuguesa, a importação de trigo se tornou precária. Ao mesmo tempo, a presença numerosa de tropas estrangeiras no Nordeste ampliou as possibilidades de consumo. Com o fim da guerra, o cultivo do trigo decaiu e acabou se extinguindo, diante do declínio das reservas de índios e a concorrência do produto importado.

* * *

Em suas andanças pelos sertões, os paulistas iriam afinal realizar um velho sonho dos colonizadores portugueses. Em 1695, no rio das Velhas, próximo às atuais Sabará e Caeté, no Estado de Minas Gerais, ocorreram as primeiras descobertas significativas de ouro. A tradição associa a essas primeiras descobertas o nome de Borba Gato, genro de Fernão Dias, conhecido como "o caçador de esmeraldas". Durante os quarenta anos seguintes foi encontrado ouro em Minas Gerais, na Bahia, em Goiás e no Mato Grosso. Ao lado do ouro surgiram os diamantes, cuja importância econômica foi menor, descobertos no Serro Frio, norte de Minas, por volta de 1730.

A exploração de metais preciosos teve importantes efeitos na Metrópole e na Colônia. A corrida do ouro provocou em Portugal a primeira grande corrente imigratória para o Brasil. Durante os primeiros sessenta anos do século XVIII, chegaram de Portugal e das ilhas do Atlântico cerca de 600 mil pessoas, em média anual de 8 a 10 mil, gente da mais variada condição: pequenos proprietários, padres, comerciantes, prostitutas e aventureiros de todo tipo.

Por outro lado, os metais preciosos vieram aliviar momentaneamente os problemas financeiros de Portugal. O desequilíbrio da balança comercial entre Portugal e Inglaterra, que se tornara um dado estrutural a partir do início do século XVIII, foi por vários anos compensado pelo ouro vindo do Brasil. Os

metais preciosos realizaram um circuito triangular: uma parte ficou no Brasil, dando origem à relativa riqueza da região das minas; outra seguiu para Portugal, onde foi consumida no longo reinado de Dom João V (1706-1750), em especial nos gastos da Corte e em obras como o gigantesco palácio-convento de Mafra; outra parte, finalmente, de forma direta, via contrabando, ou indireta, foi parar em mãos britânicas, acelerando a acumulação de capitais na Inglaterra.

O *boom* dos metais preciosos afetou a economia açucareira do Nordeste. Ela já estava em dificuldades vinte anos antes da descoberta do ouro e não morreu. Mas não há dúvida de que foi afetada pelos deslocamentos de população e, sobretudo, pelo aumento do preço da mão-de-obra escrava, dada a ampliação da procura. Em termos administrativos, o eixo da vida da Colônia deslocou-se para o centro-sul e especialmente para o Rio de Janeiro, por onde entravam escravos e suprimentos e por onde saía o ouro. Em 1763, a capital do Vice-Reinado foi transferida de Salvador para o Rio. Ambas as cidades tinham aproximadamente a mesma população (cerca de 40 mil habitantes), mas uma coisa era ser a capital e outra apenas a principal cidade do Nordeste.

A economia mineradora gerou uma certa articulação entre áreas distantes da Colônia. Gado e alimentos foram transportados da Bahia para Minas e um comércio se estabeleceu em sentido inverso. Do Sul vieram não apenas o gado mas as mulas, tão necessárias ao carregamento de mercadorias. Sorocaba, no interior de São Paulo, com sua famosa feira, transformou-se na passagem obrigatória dos comboios de animais, distribuídos principalmente em Minas.

* * *

A extração de ouro e diamantes deu origem à intervenção regulamentadora mais ampla que a Coroa realizou no Brasil. O governo português fez um grande esforço para arrecadar os tributos. Tomou também várias medidas para organizar a vida social nas minas e em outras partes da Colônia, seja em proveito próprio, seja para evitar que a corrida ao ouro resultasse em caos. Na tentativa de reduzir o contrabando e aumentar suas receitas, a Coroa estabeleceu formas de arrecadação dos tributos que variaram no curso dos anos.

De um modo geral, houve dois sistemas básicos: o do quinto e o da capitação. O primeiro consistia na determinação de que a quinta parte de todos os metais extraídos devia pertencer ao rei. O quinto do ouro era deduzido do ouro em pó ou em pepitas levado às casas de fundição. A capitação, lançada pela Coroa em busca de maiores rendas, em substituição ao quinto, era bem mais abrangente. Consistia, quanto aos mineradores, em um imposto cobrado por

cabeça de escravo, produtivo ou não, de sexo masculino ou feminino, maior de 12 anos. Os faiscadores, ou seja, os mineradores sem escravos, também pagavam o imposto por cabeça, no caso sobre si mesmos. Além disso, o tributo era cobrado sobre estabelecimentos como oficinas, lojas, hospedarias, matadouros etc.

Outra preocupação da Coroa foi a de estabelecer limites à entrada na região das minas. Nos primeiros tempos da atividade mineradora, a Câmara de São Paulo reivindicou junto ao rei de Portugal que somente os moradores da vila de São Paulo, a quem se devia a descoberta do ouro, poderiam obter concessões de exploração. Os fatos se encarregaram de demonstrar a inviabilidade do pretendido, diante da onda não só de portugueses mas de brasileiros, sobretudo baianos, que chegavam à região das minas. Disso resultou a guerra civil conhecida como Guerra dos Emboabas, opondo paulistas de um lado, estrangeiros e baianos de outro (1708-1709). Os paulistas não tiveram êxito na sua pretensão, mas conseguiram que se criasse a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro separada do Rio de Janeiro (1709) e a elevação da vila de São Paulo à categoria de cidade (1711). Em 1720, Minas Gerais se tornaria uma capitania separada.

Se os paulistas não conseguiram ter o monopólio das minas, a Coroa procurou evitar que elas se transformassem em território livre. Tentou-se impedir o despovoamento de Portugal, estabelecendo-se normas para a emigração. A entrada de frades foi proibida e uma ordem régia ao governador da capitania determinou a prisão de todos os religiosos que nela estivessem "sem emprego ou licença" (1738). Desde as primeiras explorações, os frades eram suspeitos de contrabando. Os ourives foram também muito visados pela própria natureza de sua profissão, sendo obrigados a renunciar a ela sob pena de serem expulsos das áreas de mineração.

Outros esforços da Coroa buscaram impedir um grande desequilíbrio entre a região das minas e outras regiões do país. Foi proibida a exportação interna de mercadorias importadas de Portugal e tomaram-se medidas a fim de assegurar o suprimento de escravos para o Nordeste, estabelecendo-se cotas de entrada de cativos na região mineira.

Na tentativa de assegurar "a lei e a ordem", a Coroa criou juntas de julgamento e nomeou ouvidores. Estes foram muitas vezes incumbidos não só de julgar questões como de supervisionar a arrecadação do quinto do ouro, tarefa que, em princípio, devia caber ao provedor-mor. Para controlar escravos, escoltar o transporte do ouro e reprimir distúrbios vieram de Portugal para Minas

Gerais, em 1719, duas companhias de dragões – forças militares profissionais. Criaram-se também milícias para enfrentar casos de emergência, lideradas por brancos e compostas não só de brancos como de negros e mulatos livres.

A administração portuguesa não alcançou plenamente seus objetivos básicos na região das minas. As grandes distâncias, a corrupção das autoridades locais, a posição dessas autoridades entre a Coroa e o mundo da Colônia, os conflitos de atribuição dos funcionários foram alguns dos fatores que dificultaram a ação do governo português. Além disso, as diretrizes provenientes de Lisboa não representavam um todo coerente. Dúvidas, demoras, mudanças de rumo contribuíram para introduzir distâncias entre as intenções e a realidade.

* * *

Não foi apenas de Portugal que gente de toda condição afluiu para Minas Gerais. A partir da chegada dos paulistas, acompanhados de seus escravos índios, houve migração de várias partes do Brasil. Nasceu assim uma sociedade diferenciada, constituída não só de mineradores como de negociantes, advogados, padres, fazendeiros, artesãos, burocratas, militares. Muitas dessas figuras tinham seus interesses estreitamente vinculados à Colônia, e não por acaso ocorreu em Minas uma série de revoltas e conspirações contra as autoridades coloniais. Embora os setores mais ricos da população fossem às vezes proprietários de fazendas e investissem na mineração em locais distantes, a vida social concentrou-se nas cidades, centro de residência, dos negócios, das festas comemorativas. Nelas ocorreram manifestações culturais notáveis no campo das artes, das letras e da música. A proibição de ingresso das ordens religiosas em Minas incentivou o surgimento de associações religiosas leigas – as Irmandades e Ordens Terceiras. Elas patrocinaram a construção das igrejas barrocas mineiras, onde se destacou a figura do mulato Antônio Francisco Lisboa – o Aleijadinho –, filho ilegítimo de um construtor português e de uma escrava.

Na base da sociedade estavam os escravos. O trabalho mais duro era o da mineração, especialmente quando o ouro do leito dos rios escasseou e teve de ser buscado nas galerias subterrâneas. Doenças como a disenteria, a malária, as infecções pulmonares e as mortes por acidente foram comuns. Há estimativas de que a vida útil de um escravo minerador não passava de sete a doze anos. Seguidas importações atenderam às necessidades da economia mineira, até mesmo para substituir mão-de-obra inutilizada. O número de cativos exportados para o Brasil cresceu entre 1720 e 1750, apesar da crise do açúcar. Os dados de população da capitania de Minas levantados em 1776 mostram a esmagado-

ra presença de negros e mulatos. Dos cerca de 320 mil habitantes, os negros representavam em torno de 52%, os mulatos 26% e os brancos 22%.

Ao longo dos anos, houve uma intensa mestiçagem de raças, cresceu a proporção de mulheres, que em 1776 era de cerca de 38% do total, e ocorreu um fenômeno cuja interpretação é controvertida: o grande número de alforrias, ou seja, de libertação de escravos. Para se ter uma idéia da sua extensão, enquanto nos anos 1735-1749 os libertos representavam menos de 1,4% da população de descendência africana, em torno de 1786 eles passaram a constituir cerca de 41% dessa população e 34% do número total de habitantes da capitania. A hipótese mais provável para explicar a magnitude dessas proporções, que superam, por exemplo, as da Bahia, é que, nas minas, a progressiva decadência da mineração tornou secundária, ou economicamente inviável para muitos proprietários, a posse de escravos.

A sociedade das minas está associada, pelo ouro, à idéia de riqueza. Vista de perto, a riqueza merece muitas restrições. Desde logo, devemos distinguir entre o período inicial de corrida ao ouro e a fase que se seguiu. No período inicial, isto é, na última década do século XVII e no inicio do século XVIII, a busca de metais preciosos, sem o suporte de outras atividades, gerou falta de alimentos e uma inflação que atingiu toda a Colônia. A fome chegou a limites extremos, e muitos acampamentos foram abandonados. Com o correr do tempo, o cultivo de roças e a diversificação das atividades econômicas mudaram este quadro de privações. A sociedade mineira acabou por acumular riquezas cujos vestígios estão nas construções e nas obras de arte das hoje cidades históricas.

Porém essas riquezas ficaram nas mãos de uns poucos: um grupo dedicado não só à extração incerta do ouro mas aos vários negócios e oportunidades que se formaram em torno dela, inclusive o da contratação de serviços com a administração pública. Abaixo desse grupo, a ampla camada de população livre foi constituída de gente pobre ou de pequenos funcionários, empreendedores ou comerciantes, com limitadas possibilidades econômicas. Certamente a sociedade mineira foi mais aberta, mais complexa do que a do açúcar. Mas nem por isso deixou de ser, em seu conjunto, uma sociedade pobre. O período de apogeu do ouro situou-se entre 1733 e 1748, começando a partir daí o declínio. No início do século XIX, a produção aurífera já não tinha maior peso no conjunto da economia brasileira. O retrocesso da região das minas foi nítido, bastando lembrar que cidades de vida intensa se transformaram em cidades históricas, com o sentido também de estagnadas. Ouro Preto, por exemplo, tinha 20 mil habitantes em 1740 e apenas 7 mil em 1804.

Mas o retrocesso não atingiu toda a Capitania de Minas Gerais. Nela, nem tudo era mineração. Mesmo nos tempos de glória do ouro, a fazenda mineira muitas vezes combinava a pecuária, o engenho de açúcar e a produção de farinha com a lavra de ouro. Graças à pecuária, aos cereais e mais tarde à manufatura, Minas não regrediu como um todo. Pelo contrário, no correr do século XIX iria expandir essas atividades e manter um constante fluxo de importação de escravos. A província mineira representaria uma curiosa combinação de regime escravista com uma economia que não era de *plantation* nem estava orientada principalmente para o mercado externo.

1.9. UM BALANÇO DA ECONOMIA COLONIAL. O MERCADO INTERNO

Tradicionalmente, a partir sobretudo dos livros de Caio Prado Júnior, a grande maioria dos historiadores considerou que o sentido mais profundo da colonização é dado pelos objetivos da metrópole portuguesa de fazer do Brasil uma colônia de exploração. Esse objetivo consistia em organizar a economia colonial de tal forma que a produção em grande escala para a exportação geraria ganhos e acumulação de capitais na Metrópole.

Ninguém duvida de que esta tenha sido a intenção da Coroa portuguesa, mas trabalhos mais recentes começaram a pôr em dúvida se tal intenção foi alcançada. Pelo menos um setor vital da Colônia não se enquadrou nessa moldura: o dos grandes traficantes de escravos. Estudos como os de Manoel Florentino e João Luis Fragoso demonstraram que, pelo menos a partir de fins do século XVIII, os traficantes do Rio de Janeiro constituíram um grupo muito poderoso, quase todo composto por brasileiros ou portugueses radicados na Colônia. Partindo principalmente de ganhos acumulados no setor imobiliário, eles formaram uma extensa rede de negócios que envolvia o fornecimento de escravos e várias atividades em torno dele, como a compra de mercadorias, em portos da Ásia, para trocá-las por escravos nas costas da África. Os trabalhos da historiadora Kátia Mattoso indicam a existência, em Salvador, de um quadro semelhante.

Ao lado dessa demonstração de que os habitantes da Colônia foram ganhando uma posição dominante no chamado comércio de almas, retomou-se também uma linha de interpretação histórica, cujo maior representante no passado foi Capistrano de Abreu, que volta sua atenção para as atividades econômicas destinadas ao mercado interno. Nesta linha, os trabalhos de Jorge Caldeira foram os que levaram mais longe a tese do significado relevante do mercado

interno e, portanto, do desligamento cada vez maior da Colônia com relação à Metrópole.

O autor lembra a importância da produção gaúcha (gado, carne seca, trigo, muares enviados à feira de Sorocaba, no interior de São Paulo), o caso de Minas Gerais, já apontado, no período de decadência da mineração, o abastecimento interno de escravos provenientes dos portos etc, concluindo que o Brasil já caminhava com seus próprios passos bem antes do que se imagina.

As pesquisas recentes tiveram o grande mérito de demonstrar que a economia do Brasil colonial não pode ser entendida como uma sucessão de ciclos - ciclo do açúcar, do ouro etc. -, tendo características bem mais complexas. Também é importante insistir no significado do comércio de escravos, dando origem a um setor social que chegou a ser mais relevante do que o dos grandes proprietários rurais.

Convém, entretanto, ter cuidado e não ir demasiado longe. A economia de exportação, que muitas vezes impulsionou atividades ligadas ao mercado interno, foi um eixo vital da Colônia e não só dela, quando se recorda o papel central desempenhado pela economia cafeeira desde meados do século XIX até em torno de 1930.

1.10. A CRISE DO SISTEMA COLONIAL

As últimas décadas do século XVIII se caracterizaram por uma série de transformações no mundo ocidental, tanto no plano das idéias quanto no plano dos fatos. O Antigo Regime, ou seja, o conjunto de monarquias absolutas imperantes na Europa desde o início do século XVI, a que estavam ligadas determinadas concepções e práticas, entrou em crise. A partir dos filósofos franceses e dos economistas ingleses, o pensamento ilustrado e o liberalismo começaram a se implantar e a ganhar terreno.

Alguns fatos significativos balizaram as transformações do mundo ocidental. Em 1776, as colônias inglesas da América do Norte proclamaram sua independência. A partir de 1789, a Revolução Francesa pôs fim ao Antigo Regime na França, repercutindo em toda a Europa, inclusive pela força das armas. Ao mesmo tempo, ocorria na Inglaterra uma revolução silenciosa, sem data precisa, tão ou mais importante do que as mencionadas - a Revolução Industrial. A utilização de novas fontes de energia, a invenção das máquinas introduzidas principalmente na indústria têxtil, o desenvolvimento agrícola, o controle do

comércio internacional são fatores que iriam transformar a Inglaterra na maior potência mundial da época.

Na busca pela ampliação dos mercados, os ingleses vão impondo ao mundo o livre-comércio e o abandono dos princípios mercantilistas, ao mesmo tempo que tratam de proteger seu próprio mercado e de suas colônias com tarifas protecionistas. Em suas relações com a América espanhola e portuguesa, abrem brechas cada vez maiores no sistema colonial por meio dos acordos comerciais, do contrabando e da aliança com os comerciantes locais. O mundo colonial é afetado também por outro fator importante: a tendência a limitar ou a extinguir a escravidão, manifestada pelas maiores potências da época, a Inglaterra e a França. Em fevereiro de 1794, a França revolucionária decretou o fim da escravidão em suas colônias; a Inglaterra faria o mesmo em 1807. Ressalvemos porém, quanto à França, que Napoleão revogou a medida em 1802.

* * *

O quadro internacional afetou as relações entre a Coroa portuguesa e sua maior colônia. Em meados do século XVIII, Portugal se tornara um país atrasado com relação às grandes potências européias. Dependia da Inglaterra, de quem em troca recebia proteção diante da França e da Espanha. Ainda assim, a monarquia lusa procurava manter o sistema colonial e limitar a crescente presença inglesa no Brasil.

Um marco importante nesse período é o da ascensão de Dom José I ao trono, em 1750. Não propriamente pelo rei, mas por seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal. Até sua indicação para o Ministério, com mais de cinqüenta anos, Pombal tivera uma carreira relativamente obscura como representante de Portugal na Inglaterra e diplomata na corte austríaca. Sua obra, realizada ao longo de muitos anos (1750-1777), representou um grande esforço para tornar mais eficaz a administração portuguesa e introduzir modificações no relacionamento metrópole-colônia. A reforma seria uma peculiar mistura de velho e de novo, explicável pelas características de Portugal. Ela combinava o absolutismo ilustrado com a tentativa de uma aplicação conseqüente das doutrinas mercantilistas. Essa fórmula geral se concretizou em uma série de medidas. Vamos acentuar as que disseram respeito mais de perto ao Brasil.

Afinado com as concepções mercantilistas, Pombal criou duas companhias privilegiadas de comércio – a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755) e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759). A pri-

meira tinha por objetivo desenvolver a região Norte, oferecendo preços atraentes para mercadorias aí produzidas e consumidas na Europa, como o cacau, o cravo, a canela e já agora o algodão e o arroz, transportadas com exclusividade nos navios da companhia. Introduziu também escravos negros, que, dada a pobreza regional, foram na sua maior parte reexportados para as minas de Mato Grosso. A segunda companhia buscou reativar o Nordeste, dentro da mesma linha de atuação.

A política pombalina prejudicou setores comerciais do Brasil marginalizados pelas companhias privilegiadas, mas não teve por objetivo perseguir a elite colonial. Pelo contrário, colocou membros dessa elite nos órgãos administrativos e fiscais do governo, na magistratura e nas instituições militares.

O programa econômico de Pombal foi em grande medida frustrado porque em meados do século XVIII a Colônia entrou em um período de depressão econômica que se prolongou até o fim da década de 1770. As principais causas da depressão foram a crise do açúcar e, a partir de 1760, a queda da produção de ouro. Ao mesmo tempo que as rendas da Metrópole caíam, cresciam as despesas extraordinárias destinadas a reconstruir Lisboa, destruída por um terremoto em 1755, e a sustentar as guerras contra a Espanha, pelo controle da extensa região que ia do sul de São Paulo ao rio da Prata.

Pombal tentou coibir o contrabando de ouro e diamantes e tratou de melhorar a arrecadação de tributos. Em Minas Gerais, o imposto de capitação foi substituído pelo antigo quinto do ouro, com a exigência de que deveria render anualmente pelo menos cem arrobas do metal. Depois de uma série de falências, a Coroa se incumbiu de explorar diretamente as minas de diamante (1771). Ao mesmo tempo, procurou tornar a Metrópole menos dependente das importações de produtos industrializados, incentivando a instalação de manufaturas em Portugal e mesmo no Brasil.

Uma das medidas mais controvertidas da administração pombalina foi a expulsão dos jesuítas de Portugal e seus domínios, acompanhada do confisco de seus bens (1759). Ela pode ser compreendida no quadro dos objetivos de centralizar a administração portuguesa e impedir áreas de atuação autônoma por ordens religiosas cujos fins eram diversos dos da Coroa. Além dos jesuítas, em meados da década de 1760 os mercedários – segunda ordem em importância na Amazônia – foram expulsos da região e tiveram suas propriedades confiscadas. Mas o alvo principal foi a Companhia de Jesus, acusada de formar "um Estado dentro do Estado".

No Brasil, a consolidação do domínio português nas fronteiras do Norte e do Sul passava, segundo Pombal, pela integração dos índios à civilização portuguesa. Se não se contasse com uma população nascida no Brasil, identificada com os objetivos lusos, seria inviável assegurar o controle de vastas regiões semidespovoadas. Daí a adoção de uma série de medidas com relação aos indígenas. A escravidão dos índios foi extinta em 1757; muitas aldeias na Amazônia foram transformadas em vilas sob administração civil; a legislação incentivou os casamentos mistos entre brancos e índios. Essa política de assimilação se chocava com o paternalismo jesuíta, sendo um ponto central de conflito.

Ao mesmo tempo, os jesuítas espanhóis eram acusados de fomentar uma rebelião indígena na região dos Sete Povos das Missões do Uruguai contra a entrega daquele território aos portugueses – a chamada Guerra dos Guaranis, que durou de 1754 a 1756. Não podemos esquecer também que as extensas propriedades da Companhia de Jesus tinham-se tornado objeto de cobiça por parte de membros da elite colonial e da própria Coroa.

A maioria das propriedades urbanas e rurais confiscadas aos jesuítas foi arrematada em leilão por grandes fazendeiros e comerciantes. Suas maiores igrejas passaram para as mãos dos bispos não integrados nas ordens religiosas. Muitos dos colégios da Companhia se transformaram em palácios de governadores ou hospitais militares. No todo, houve um grande desperdício, em especial de bens culturais, como as bibliotecas, que foram consideradas coisa de pouco valor.

A expulsão da ordem abriu um vazio no já pobre ensino da Colônia. A Coroa portuguesa, ao contrário da espanhola, temeu a formação na própria Colônia de uma elite letrada. Já no século XVI, a Espanha criou na América várias universidades: a de São Domingos, em 1538, a de São Marcos, em Lima, e a da Cidade do México, em 1551. Nada disso ocorreu na América lusa durante todo o período colonial. A mesma coisa aconteceu com a imprensa, que surgiu nas maiores cidades da América espanhola também no século XVI. Enquanto isso, ressalvando-se uma oficina gráfica aberta em 1747 no Rio de Janeiro e logo depois fechada por ordem real, a imprensa no Brasil só nasceria no século XIX, com a vinda de Dom João VI.

Para remediar os problemas criados com a expulsão dos jesuítas na área do ensino, a Coroa tomou algumas medidas. Foi criado um imposto especial – o subsídio literário – para sustentar o ensino promovido pelo Estado. O bispo de Pernambuco criou o seminário de Olinda, que se voltou em parte para as ciências naturais e a matemática. Pequenos clubes de intelectuais surgiram no Rio de Janeiro e na Bahia.

As medidas de Pombal contra as ordens religiosas faziam parte de uma política de subordinação da Igreja ao Estado português. Este tratou porém de evitar conflitos diretos com o papa. A Igreja, por sua vez, aceitou a expulsão dos jesuítas. Mais do que isso, em 1773 o papa Clemente XIV extinguiu a Companhia de Jesus, convencido de que ela trazia mais problemas do que vantagens. A ordem dos jesuítas só voltaria a existir em 1814.

* * *

A grande controvérsia entre os historiadores portugueses, a favor ou contra Pombal, levou à visão de um corte profundo entre a época pombalina e a que a ela se seguiu, o reinado de Dona Maria I. A própria expressão "viradeira", empregada para definir o período posterior à morte de Dom José, em 1797, e à queda de Pombal é um indício dessa visão. Muita coisa mudou: as companhias de comércio foram extintas e a Colônia foi proibida de manter fábricas ou manufaturas de tecidos, exceto as de pano grosso de algodão para uso dos escravos. Esse fato e a repressão dos integrantes da Inconfidência Mineira deixou na historiografia brasileira uma imagem muito negativa da época que se seguiu à queda de Pombal.

É certo porém que, nos anos entre 1777 e 1808, a Coroa continuou tentando realizar reformas para se adaptar aos novos tempos e salvar o colonialismo mercantilista. O reinado de Dona Maria I e do príncipe regente Dom João, ao contrário do anterior, beneficiou-se de uma conjuntura favorável à reativação das atividades agrícolas da Colônia: a produção de açúcar, como vimos, se valorizou e se expandiu favorecida pela insurreição dos escravos em São Domingos. Além disso, uma nova cultura ganhou força: o algodão, desenvolvido pela companhia de comércio pombalina e incentivado pela guerra de independência dos Estados Unidos, transformou o Maranhão, por algum tempo, na zona mais próspera da América portuguesa.

1.11. MOVIMENTOS DE REBELDIA E CONSCIÊNCIA NACIONAL

Ao mesmo tempo que a Coroa lusa mantinha uma política de reforma do absolutismo, surgiram na Colônia várias conspirações contra Portugal e tentativas de independência. Elas tinham a ver com as novas idéias e os fatos ocorridos na esfera internacional, mas refletiam também a realidade local. Podemos mesmo dizer que foram movimentos de revolta regional e não revoluções nacionais. Esse foi o traço comum de episódios diversos como a Inconfidência

Mineira (1789), a Conjuração dos Alfaiates (1798) e a Revolução de 1817 em Pernambuco.

Em que momento membros da sociedade colonial nascidos na colônia e mesmo alguns portugueses nela residentes começaram a pensar o Brasil como uma unidade diversa de Portugal? Por outras palavras, em que momento teria surgido a consciência de ser brasileiro?

Não há resposta rígida para uma pergunta dessa natureza. A consciência nacional foi-se definindo na medida em que setores da sociedade da Colônia passaram a ter interesses distintos dos da Metrópole ou a identificar nela a fonte de seus problemas. Longe de constituir um grupo homogêneo, esses setores abrangiam desde grandes proprietários rurais, de um lado, até artesãos ou soldados mal pagos, de outro, passando pelos bacharéis e letrados. Também não tinham em comum exatamente a mesma ideologia. As "idéias francesas" ou o liberalismo da Revolução Americana eram suas fontes inspiradoras. Mas os setores dominantes tratavam de limitá-las, sendo por exemplo muito prudentes no tocante ao tema da abolição da escravatura, que viria ferir seus interesses. Pelo contrário, para as camadas dominadas a idéia de independência vinha acompanhada de propósitos igualitários de reforma social.

A Guerra dos Mascates em Pernambuco (1710), as rebeliões que ocorreram na região de Minas Gerais a partir da revolta de Filipe dos Santos em 1720 e principalmente as conspirações e revoluções ocorridas nos últimos decênios do século XVIII e nos dois primeiros do século XIX são freqüentemente apontadas como exemplos afirmativos da consciência nacional. Se é possível dizer que eles indicam essa direção, devemos lembrar que até a Independência e mesmo depois a consciência nacional passa pela regional. Os rebeldes do período se afirmam como mineiros, baianos, pernambucanos e, em alguns casos, como pobres, tanto ou mais do que como brasileiros.

A manifestação de rebeldia mais importante ocorrida no Brasil, a partir de fins do século XVIII, foi a chamada Inconfidência Mineira (Minas Gerais, 1789). Sua importância não decorre do fato material, mas da construção simbólica de que foi objeto. O movimento teve relação direta com o agravamento dos problemas da sociedade regional naquele período. Ao mesmo tempo, seus integrantes foram influenciados pelas novas idéias que surgiam na Europa e na América do Norte. Muitos membros da elite mineira circulavam pelo mundo e estudavam na Europa. Por exemplo, um ex-estudante de Coimbra – José Joaquim da Maia – ingressou na Faculdade de Medicina de Montpellier, na França, em 1786. Naquele ano e no ano seguinte teve contatos com Thomas Jefferson, então

embaixador dos Estados Unidos na França, solicitando apoio para uma revolução que, segundo ele, estava sendo tramada no Brasil. Um participante da Inconfidência - José Álvares Maciel - formou-se em Coimbra e viveu na Inglaterra por um ano e meio. Aí aprendeu técnicas fabris e discutiu com negociantes ingleses as possibilidades de apoio a um movimento pela independência do Brasil.

Em sua grande maioria, os inconfidentes constituíam um grupo da elite colonial formado por mineradores e fazendeiros, por padres envolvidos em negócios, funcionários e advogados de prestígio e uma alta patente militar. Todos eles tinham vínculos com as autoridades coloniais na capitania e, em alguns casos, ocupavam cargos na magistratura.

José Joaquim da Silva Xavier constituía, em parte, uma exceção. Desfavorecido pela morte prematura dos pais, que deixaram sete filhos, perdera suas propriedades por dívidas e tentara sem êxito o comércio. Em 1775 entrou na carreira militar, no posto de alferes, correspondente ao grau inicial do quadro de oficiais. Nas horas vagas exercia o ofício de dentista, de onde lhe veio o apelido algo depreciativo de Tiradentes.

Nas últimas décadas do século XVIII a sociedade mineira entrara em uma fase de declínio, marcada pela queda contínua da produção de ouro e pelas iniciativas da Coroa portuguesa para garantir a arrecadação do quinto. Ao mesmo tempo, o entrosamento entre a elite local e a administração da capitania sofreu um abalo com a chegada a Minas do governador Luís da Cunha Meneses, em 1782. Cunha Meneses marginalizou os membros mais significativos da elite, favorecendo seu grupo de amigos. Embora não pertencesse à elite, o próprio Tiradentes se viu prejudicado, ao perder o comando do destacamento militar que patrulhava a estratégica estrada da serra da Mantiqueira, porta de entrada para as minas.

A situação agravou-se com a nomeação do visconde de Barbacena para substituir Cunha Meneses. Barbacena recebeu do ministro português Melo e Castro instruções a fim de garantir o recebimento do tributo anual de cem arrobas de ouro. Para completar essa quota, o governador poderia apropriar-se de todo o ouro existente e, se isso não fosse suficiente, decretar a derrama, um imposto a ser pago por cada habitante da capitania. Recebeu ainda instruções para investigar os devedores da Coroa e os contratos realizados entre a administração pública e os particulares. As instruções faziam pairar uma ameaça geral sobre a capitania e mais diretamente sobre o grupo de elite, onde se encontravam os maiores devedores da Coroa.

Os inconfidentes começaram a preparar o movimento de rebeldia nos últimos meses de 1788, incentivados pela expectativa do lançamento da derrama. Não chegaram porém a tentar a realização de seus planos. Em março de 1789, Barbacena decretou a suspensão da derrama, enquanto os conspiradores eram denunciados. Seguiram-se as prisões em Minas e a de Tiradentes no Rio de Janeiro. O longo processo realizado na capital da Colônia só terminou a 18 de abril de 1792. Tiradentes e vários outros réus foram condenados à forca. Algumas horas depois, uma carta de clemência da rainha Dona Maria transformava todas as penas em expulsão do Brasil, com exceção do caso de Tiradentes. Na manhã de 21 de abril de 1792, Tiradentes foi enforcado como protagonista de um cenário típico das execuções do Antigo Regime. Entre os ingredientes desse cenário se incluíam a presença da tropa, discursos e aclamações à rainha. Seguiu-se a retalhação do corpo e o corte de sua cabeça, exibida na praça principal de Ouro Preto.

Que pretendiam os inconfidentes? A resposta não é simples, pois deriva em grande parte do que disseram os réus e as testemunhas no processo aberto pela Coroa onde se decidia, literalmente, uma questão de vida ou morte. Aparentemente, a intenção da maioria era a de proclamar uma República, tomando como modelo a Constituição dos Estados Unidos. O Distrito Diamantino seria liberado das restrições que pesavam sobre ele, os devedores da Coroa seriam perdoados, a instalação de manufaturas incentivada. Não haveria exército permanente. Em vez dele, os cidadãos deveriam portar armas e servir, quando necessário, na milícia nacional. O ponto mais interessante das muitas medidas propostas refere-se à escravidão. Divididos entre a coerência ideológica e seus interesses, os inconfidentes optaram por uma via intermediária ao defender, aparentemente, a libertação dos escravos nascidos no Brasil.

A Inconfidência Mineira é um exemplo de como acontecimentos históricos de alcance aparentemente limitado podem ter impacto na história de um país. Como fato material, o movimento de rebeldia não chegou a se concretizar e suas possibilidades de êxito eram quase nulas. Sob este aspecto, a Revolução de 1817, que a partir de Pernambuco se espraiou por uma grande área do Nordeste, teve maior importância. Mas a relevância do movimento deriva de sua força simbólica: Tiradentes transformou-se em herói nacional e as cenas de sua morte, o esquartejamento de seu corpo, a exibição de sua cabeça passaram a ser evocados com muita emoção e horror nos bancos escolares. Isso não aconteceu da noite para o dia, e sim através de um longo processo de formação de um mito que tem sua própria história. Em um primeiro momento, enquanto o Brasil não

se tornou independente, prevaleceu a versão dos colonizadores. A própria expressão "Inconfidência Mineira", utilizada na época e que a tradição curiosamente manteve até hoje, mostra isso. "Inconfidência" é uma palavra com sentido negativo que significa a falta de fidelidade, a não observância de um dever especialmente com relação ao soberano ou ao Estado. Durante o Império o episódio incomodava, pois os conspiradores tinham pouca simpatia pela forma monárquica de governo. Além disso, os dois imperadores do Brasil eram descendentes em linha direta da rainha Dona Maria, responsável pela condenação dos revolucionários.

A proclamação da República favoreceu a projeção do movimento e a transformação da figura de Tiradentes em mártir republicano. Existia uma base real para isso. Há indícios de que o grande espetáculo montado pela Coroa portuguesa para intimidar a população da Colônia causou efeito oposto, mantendo viva a memória do acontecimento e a simpatia pelos inconfidentes. A atitude de Tiradentes, assumindo toda a responsabilidade pela conspiração a partir de certo momento do processo, e o sacrifício final facilitaram a mitificação de sua figura logo após a proclamação da República. O 21 de abril passou a ser feriado, Tiradentes foi cada vez mais retratado nas pinturas com traços semelhantes às imagens mais divulgadas de Cristo. Assim se tornou um dos poucos heróis nacionais, cultuado como mártir não só pela direita e pela esquerda como pelo povo da rua.

* * *

A Independência do Brasil não viria pela via de um corte revolucionário com a Metrópole, mas por um processo de que resultaram algumas mudanças e muitas continuidades com relação ao período colonial. A história desse processo passa pela transferência da família real portuguesa para o Brasil e pela abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior, pondo fim ao sistema colonial.

A guerra que Napoleão movia na Europa contra a Inglaterra, em princípios do século XIX, acabou por ter conseqüências para a Coroa portuguesa. Após controlar quase toda a Europa ocidental, Napoleão impôs um bloqueio ao comércio entre a Inglaterra e o continente. Portugal representava uma brecha no bloqueio que era preciso fechar. Em novembro de 1807, tropas francesas cruzaram a fronteira de Portugal com a Espanha e avançaram em direção a Lisboa.

O príncipe Dom João, que regia o reino desde 1792 quando sua mãe Dona Maria fora declarada louca, decidiu-se em poucos dias pela transferência da Corte para o Brasil. Entre 25 e 27 de novembro de 1807, cerca de 10 mil a 15 mil

pessoas embarcaram em navios portugueses rumo ao Brasil, sob proteção da frota inglesa. Todo um aparelho burocrático vinha para a Colônia: ministros, conselheiros, juízes da Corte Suprema, funcionários do Tesouro, patentes do Exército e da Marinha, membros do alto clero. Seguiam também o tesouro real, os arquivos do governo, uma máquina impressora e várias bibliotecas que seriam a base da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Logo ao chegar, durante sua breve estada na Bahia, Dom João decretou a abertura dos portos do Brasil às nações amigas (28 de janeiro de 1808). Mesmo sabendo-se que naquele momento a expressão "nações amigas" era equivalente à Inglaterra, o ato punha fim a trezentos anos de sistema colonial. Já no Rio de Janeiro, no mês de abril, o príncipe regente revogou os decretos que proibiam a instalação de manufaturas na Colônia, isentou de tributos a importação de matérias-primas destinadas à indústria, ofereceu subsídios para as indústrias da lã, da seda e do ferro, encorajou a invenção e a introdução de novas máquinas.

A abertura dos portos foi um ato historicamente previsível mas impulsionado, ao mesmo tempo, pelas circunstâncias do momento. Portugal estava ocupado por tropas francesas e o comércio não podia ser feito através dele. Para a Coroa, era preferível legalizar o extenso contrabando existente entre a Colônia e a Inglaterra e perceber os tributos devidos.

A Inglaterra foi a principal beneficiária da medida. O Rio de Janeiro se tornou o porto de entrada dos produtos manufaturados ingleses, com destino não só ao Brasil como ao rio da Prata e à costa do Pacífico. Já em agosto de 1808 existia na cidade um importante núcleo de 150 a 200 comerciantes e agentes comerciais ingleses. A abertura dos portos favoreceu também os proprietários rurais produtores de bens destinados à exportação (açúcar, algodão principalmente), os quais se livravam do monopólio comercial da Metrópole. Daí para a frente, seria possível vender a quem quer que fosse sem as restrições impostas pelo sistema colonial.

Pelo contrário, a medida provocou grandes protestos entre os comerciantes do Rio de Janeiro e de Lisboa, a ponto de o príncipe Dom João ter de fazer-lhes algumas concessões. Por decreto de junho de 1808, o comércio livre foi limitado aos portos de Belém, São Luís, Recife, Salvador e Rio de Janeiro; o chamado comércio de cabotagem – entre portos da Colônia – ficou reservado a navios portugueses; o imposto sobre produtos importados, que fora fixado em 24% do valor, foi reduzido para 16% quando se tratasse de embarcações portuguesas. Só a última dessas decisões tinha real importância, mas logo seria ultrapassada.

A escalada inglesa pelo controle do mercado colonial brasileiro culminou no Tratado de Navegação e Comércio, assinado após longas negociações em fevereiro de 1810. A Coroa portuguesa tinha pouco campo de manobra. Ela dependia do resultado da guerra contra Napoleão para recuperar o território metropolitano e suas colônias eram protegidas pela esquadra britânica. O Tratado de 1810 fixou em 15% do valor a tarifa a ser paga pelas mercadorias inglesas exportadas para o Brasil. Com isso, os produtos ingleses ficaram em vantagem até com relação aos portugueses. Mesmo quando logo depois as duas tarifas foram igualadas, a vantagem continuou sendo imensa. Sem proteção tarifária, as mercadorias de um país atrasado, como se tornara Portugal no âmbito do capitalismo europeu, não tinham condições de competir em preço e variedade com os produtos ingleses. Os propósitos industrializantes das primeiras iniciativas de Dom João tornaram-se também, com raras exceções, letra morta.

Um ponto da política britânica seria motivo de preocupações para os diferentes setores dominantes da sociedade colonial. Após ter sido grande beneficiária do comércio de escravos, a partir de fins do século XVIII a Inglaterra passara a combater a escravidão. Pelo Tratado de Aliança e Amizade, firmado junto com o Tratado de Navegação e Comércio de 1810, a Coroa portuguesa se obrigava a limitar o tráfico de escravos aos territórios sob seu domínio e prometia vagamente tomar medidas para restringi-lo. Alguns anos mais tarde, quando as potências vencedoras na guerra contra Napoleão se reuniram no Congresso de Viena (1815), o governo português assinou novo tratado, concordando com a cessação do tráfico ao norte do equador. Em princípio, deveria assim terminar o tráfico de escravos da Costa da Mina para o Brasil. Uma cláusula adicional ao tratado concedeu à Inglaterra o "direito de visita" em alto-mar a navios suspeitos de transportar cativos, autorizando sua apreensão. Nenhuma dessas medidas impediu o tráfico, que, pelo contrário, se tornou maior no início de 1820 do que era no começo do século. Mas desenhava-se no horizonte uma disputa entre governo inglês, de um lado, e autoridades e setores sociais dominantes no Brasil, de outro, que se tornaria aguda no Brasil independente.

A transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil mudou o quadro das relações internacionais no contexto da América do Sul. A política externa de Portugal passou a ser decidida na Colônia, instalando-se no Rio de Janeiro o Ministério da Guerra e Assuntos Estrangeiros. Além de realizar uma expedição à Guiana Francesa, incentivada pela Inglaterra, a Coroa concentrou sua ação na área do Prata, especificamente na Banda Oriental – atual Uruguai –,

região onde espanhóis e portugueses se chocavam desde as últimas décadas do século XVII.

Com o objetivo de anexar a Banda Oriental ao Brasil, Dom João VI realizou duas intervenções militares, em 1811 e a partir de 1816. A derrota de Artigas – principal figura na luta pela independência uruguaia – garantiu aos portugueses a posse da região e a incorporação da Banda Oriental ao Brasil, em 1821, com o nome de Província Cisplatina. Entretanto, os conflitos no Prata estavam longe de terminar.

A vinda da família real deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa da Colônia para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade. Entre outros aspectos, esboçou-se aí uma vida cultural, com o acesso aos livros e a existência de uma relativa circulação das idéias. Em setembro de 1808 veio a público o primeiro jornal editado na Colônia; abriram-se também teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas para atender aos requisitos da Corte e de uma população urbana em rápida expansão. Basta dizer que, durante o período de permanência de Dom João VI no Brasil, o número de habitantes da capital dobrou, passando de cerca de 50 mil a 100 mil pessoas. Muitos dos novos habitantes eram imigrantes, não apenas portugueses, mas espanhóis, franceses, ingleses, que viriam a formar uma classe média de profissionais e artesãos qualificados.

Além deles, vieram ao Brasil cientistas e viajantes estrangeiros, como o naturalista e mineralogista inglês John Mawe, o zoólogo bávaro Spix e o botânico Martius, também bávaro, o naturalista francês Saint-Hilaire, autores de trabalhos que são uma fonte indispensável para o conhecimento daquela época. Em março de 1816 chegou ao Rio de Janeiro a missão artística francesa, incluindo entre outros o arquiteto Grandjean de Montigny, autor de projetos de edificações urbanas, e os pintores Taunay e Debret. Estes deixaram desenhos e aquarelas retratando paisagens e costumes do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX.

Ao transferir-se para o Brasil, a Coroa não deixou de ser portuguesa e de favorecer os interesses portugueses no Brasil. Um dos principais focos de descontentamento estava nas forças militares. Dom João chamou tropas de Portugal para guarnecer as principais cidades e organizou o exército reservando os melhores postos para a nobreza lusa. O peso dos impostos aumentou, pois agora a Colônia tinha de suportar sozinha as despesas da corte e os gastos das campanhas militares que o rei promoveu no Prata.

Acrescente-se a isso o problema da desigualdade regional. O sentimento imperante no Nordeste era o de que, com a vinda da família real para o Brasil, o domínio político da Colônia passara de uma cidade estranha para outra, ou seja, de Lisboa para o Rio de Janeiro. A revolução que estourou em Pernambuco em março de 1817 fundiu esse sentimento com vários descontentamentos resultantes das condições econômicas e dos privilégios concedidos aos portugueses. Ela abrangeu amplas camadas da população: militares, proprietários rurais, juízes, artesãos, comerciantes e um grande número de padres, a ponto de ficar conhecida como a "revolução dos padres". Chama a atenção a presença de grandes comerciantes brasileiros ligados ao comércio externo, os quais começavam a concorrer com os portugueses numa área até então controlada em grande medida por estes.

Outro dado importante da Revolução de 1817 se encontra no fato de que ela passou de Recife para o sertão, estendendo-se a Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. O desfavorecimento regional, acompanhado de um forte antilusitanismo, foi o denominador comum dessa espécie de revolta geral de toda a área nordestina. Os diferentes grupos sociais não tinham porém os mesmos objetivos. Para as camadas pobres da cidade, a independência estava associada à idéia de igualdade. Já o principal objetivo dos grandes proprietários rurais era acabar com a centralização imposta pela Coroa e tomar em suas mãos o destino, se não da Colônia, pelo menos do Nordeste.

Os revolucionários tomaram Recife e implantaram um governo provisório baseado em uma "lei orgânica" que proclamou a república, estabeleceu a igualdade de direitos e a tolerância religiosa, mas não tocou no problema da escravidão. Foram enviados emissários às outras capitanias em busca de apoio e aos Estados Unidos, à Inglaterra e à Argentina, tratando também de conseguir apoio e reconhecimento. A revolta avançou pelo sertão, porém logo em seguida veio o ataque das forças portuguesas, a partir do bloqueio de Recife e do desembarque em Alagoas. As lutas se desenrolaram no interior, revelando o despreparo e as desavenças entre os revolucionários. Afinal, as tropas portuguesas ocuparam Recife, em maio de 1817. Seguiram-se as prisões e execuções dos líderes da rebelião. O movimento durara mais de dois meses e iria deixar uma profunda marca no Nordeste.

* * *

Por volta de 1817, quem dissesse que dentro de cinco anos o Brasil se tornaria independente estaria fazendo uma previsão duvidosa. A revolução per-

nambucana, confinada ao Nordeste, fora derrotada. A Coroa tomava medidas no sentido de integrar Portugal e Brasil como partes de um mesmo reino, levando-se em conta que a guerra terminara na Europa, em 1814, com a derrota de Napoleão. As razões de permanência da corte no Brasil aparentemente já não existiam. Dom João decidiu entretanto permanecer na colônia americana e, em dezembro de 1815, elevou o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. Meses depois, após a morte da rainha, seria sagrado rei de Portugal, do Brasil e Algarves, com o título de Dom João VI.

A Independência se explica por um conjunto de fatores, tanto internos quanto externos. Mas foram os ventos trazidos de fora que imprimiram aos acontecimentos um rumo imprevisto pela maioria dos atores envolvidos, em uma escalada que passou da defesa da autonomia brasileira à alternativa de independência.

Em agosto de 1820 irrompeu em Portugal uma revolução liberal inspirada nas idéias ilustradas. Os revolucionários procuravam encontrar saídas para uma conjuntura de profunda crise na vida portuguesa. Crise política, causada pela ausência do rei e dos órgãos de governo; crise econômica, resultante em parte da liberdade de comércio de que se beneficiava o Brasil; crise militar, resultante da presença de oficiais ingleses nos altos postos do Exército e a preterição de oficiais portugueses nas promoções. Basta lembrar que, na ausência de Dom João, Portugal foi governado por um conselho de regência presidido pelo marechal inglês Beresford. Depois da guerra, Beresford se tornou o comandante do Exército português.

A revolução portuguesa de 1820 tinha aspectos contraditórios. Podia ser definida como liberal, por considerar a monarquia absoluta um regime ultrapassado e opressivo e por tratar de dar vida a órgãos de representação da sociedade, como é o caso das Cortes. Ao mesmo tempo, ao promover os interesses da burguesia lusa e tentar limitar a influência inglesa, pretendia fazer com que o Brasil voltasse a se subordinar inteiramente a Portugal.

No fim de 1820, os revolucionários estabeleceram em Portugal uma Junta Provisória para governar em nome do rei e exigiram sua volta à metrópole. Decidiram convocar as Cortes, a serem eleitas em todo o mundo português, com o propósito de redigir e aprovar uma Constituição. Previu-se a criação no Brasil de juntas governativas leais à revolução nas várias capitanias, que passavam a se chamar províncias.

Os militares descontentes iniciaram o movimento de 1820 em Portugal. Foi também entre os militares, inclusive portugueses, que ocorreram as primeiras

repercussões do movimento no Brasil. As tropas se rebelaram em Belém e em Salvador, instituindo ali as juntas governativas. No Rio de Janeiro, manifestações populares e das tropas portuguesas forçaram o rei a reformular o ministério, a criar juntas onde elas não existiam e a preparar as eleições indiretas para as Cortes.

Naquela altura, as linhas de divisão passavam pelo retorno ou não de Dom João VI a Portugal. O retorno era defendido no Rio de Janeiro pela "facção portuguesa", formada por altas patentes militares, burocratas e comerciantes interessados em subordinar o Brasil à metrópole, se possível nas linhas do sistema colonial. Opunha-se ao retorno, por razões opostas a essas, o "partido brasileiro", constituído de grandes proprietários rurais das capitanias próximas à capital, burocratas e membros do Judiciário nascidos no Brasil. Acrescentem-se a eles portugueses cujos interesses tinham passado a vincular-se com a Colônia, comerciantes ajustados às novas circunstâncias do livre-comércio, investidores em terras e propriedades urbanas, muitas vezes ligados por laços de casamento à gente da Colônia. Falamos em "partido brasileiro" entre aspas porque com essa expressão se designa não propriamente um partido, mas uma corrente de opinião. As articulações políticas se fizeram nesse período sobretudo através das lojas maçônicas, cujos membros mais extremados defendiam a independência.

A questão do regresso ou não de Dom João VI logo se esvaziou. Temendo perder o trono caso não regressasse a Portugal, o rei decidiu-se afinal pelo retorno. Embarcou em abril de 1821, acompanhado de 4 mil portugueses. Em seu lugar ficava como príncipe regente seu filho Pedro, futuro Dom Pedro I. Nos meses seguintes ocorreram no Brasil as eleições para designar a representação brasileira às Cortes. Quase todos os eleitos eram nascidos no Brasil. Entre eles estavam alguns defensores radicais ou ex-radicais da independência, como Cipriano Barata (Bahia), Muniz Tavares (Pernambuco) e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (São Paulo), que haviam participado da Revolução de 1817.

As Cortes começaram a se reunir em janeiro de 1821, meses antes da chegada dos deputados eleitos no Brasil. Tomou-se uma série de medidas que produziram profundo descontentamento na Colônia. Os governos provinciais passariam a ser independentes do Rio de Janeiro, subordinando-se diretamente a Lisboa. Houve uma tentativa de revogar os acordos comerciais com a Inglaterra que eram do interesse tanto dos ingleses quanto dos grandes proprietários rurais brasileiros e dos consumidores urbanos. Acrescente-se a isso o fato de que os líderes da revolução liberal punham lenha na fogueira, com suas referências desdenhosas à Colônia. Para muitos deles, o Brasil era "uma terra de macacos,

de bananas e de negrinhos apanhados na costa da África" que estava precisando de um cão de fila para entrar em ordem.

Entre fins de setembro e outubro de 1821, novas medidas tomadas pelas Cortes fortaleceram no Brasil a opção pela independência, até aí apenas esboçada. Decidiu-se transferir para Lisboa as principais repartições instaladas no Brasil por Dom João VI, destacaram-se novos contingentes de tropas para o Rio de Janeiro e Pernambuco e, ponto decisivo, determinou-se a volta para Portugal do príncipe regente.

O "partido brasileiro" concentrou seus esforços no objetivo de conseguir a permanência de Dom Pedro no Brasil. A decisão do príncipe de ficar no país, solenizada no "dia do fico" (9-1-1822), representou a escolha de um caminho sem retorno. Os atos do príncipe regente posteriores ao "fico" foram atos de ruptura. As tropas portuguesas que se recusaram a jurar fidelidade a Dom Pedro viram-se obrigadas a deixar o Rio de Janeiro. Esboçava-se a partir daí a criação de um exército brasileiro. Dom Pedro formou um novo ministério, composto de portugueses, mas cuja chefia coube a um brasileiro, José Bonifácio de Andrada e Silva.

Os irmãos Andrada – Antônio Carlos, Martim Francisco e José Bonifácio –, especialmente este último, foram figuras centrais da política brasileira naqueles anos. José Bonifácio provinha de uma das famílias mais ricas de Santos, onde seu pai se dedicara à exportação de açúcar. Estudou em Coimbra e permaneceu na Europa entre 1783 e 1819. Ocupou cargos administrativos importantes em Portugal, tendo sido professor universitário em Coimbra. De volta ao Brasil, foi chamado a presidir em março de 1821 a junta provisória de São Paulo. Não é fácil rotular o pensamento de José Bonifácio. Defendia idéias progressistas no campo social, como a gradativa extinção do tráfico de escravos e da escravidão, uma reforma agrária e a livre entrada de imigrantes no país. Politicamente, era um liberal conservador, adversário das "esfarrapadas bandeiras da suja e caótica democracia", como disse em certa ocasião. Considerava adequada para o Brasil a forma monárquica de governo, sustentada por uma representação dos cidadãos restrita às camadas dominantes e ilustradas.

Ao longo dos acontecimentos que resultaram na independência, definiram-se com alguma clareza as correntes conservadoras e radicais do "partido brasileiro". No quadro dos anos imediatamente anteriores à independência, a corrente conservadora defendia a maior autonomia do Brasil com relação a Portugal, assumindo só em um segundo momento a idéia de independência. A forma de governo desejável segundo os conservadores era a monarquia constitucional,

com representação limitada, como garantia da ordem e da estabilidade social. É mais difícil definir a corrente radical, pois nela se incluíam desde monarquistas, preocupados em assegurar maior representação popular e as liberdades – especialmente a de imprensa –, até os chamados "extremados", para quem a independência se associava à idéia de república, de voto popular e, em alguns casos, de reforma da sociedade.

Após a decisão de se convocar uma Constituinte, aceleraram-se as decisões de rompimento, mesmo quando se invocava ainda o propósito de "união com Portugal". Passou-se a exigir como requisito para aproveitamento no serviço público a adesão à causa da união e independência do Brasil; recomendou-se aos governos provinciais não dar posse a empregados vindos de Portugal. Em agosto de 1822, o príncipe regente decretou que as tropas vindas da Metrópole seriam consideradas inimigas; Gonçalves Ledo e logo depois José Bonifácio dirigiram manifestos às nações amigas.

A chegada de despachos de Lisboa que revogavam os decretos do príncipe regente, determinavam mais uma vez seu regresso a Lisboa e acusavam os ministros de traição deu alento à idéia de rompimento definitivo. A princesa Dona Leopoldina e José Bonifácio enviaram às pressas as notícias ao príncipe, em viagem a caminho de São Paulo. Alcançado a 7 de setembro de 1822, às margens do riacho Ipiranga, Dom Pedro proferiu o chamado grito do Ipiranga, formalizando a independência do Brasil. A 1º de dezembro, com apenas 24 anos, o príncipe regente era coroado imperador, recebendo o título de Dom Pedro I. O Brasil se tornava independente, com manutenção da forma monárquica de governo. Mais do que isso, o novo país teria no trono um rei português.

1.12. O BRASIL NO FIM DO PERÍODO COLONIAL

Do ponto de vista territorial e populacional, o que era o Brasil que se tornara independente?

Desde o início do século XVIII, a extensão geográfica da Colônia nada mais tinha a ver com a incerta linha de Tordesilhas. A expansão das bandeiras paulistas para oeste, dos criadores de gado e forças militares para sudoeste ampliaram de fato as fronteiras do país. O avanço minerador a partir do século XVIII deu mais um empurrão, de modo que a fisionomia territorial do Brasil já se aproximava bastante da atual.

Restava fazer reconhecer de direito as novas fronteiras, uma questão a ser definida principalmente com a Espanha. Isso ocorreu através do Tratado de

Madri, firmado entre as coroas portuguesa e espanhola, onde se reconheceu o princípio do *uti possidetis*, beneficiando os portugueses. Houve uma exceção referente às fronteiras do Sul. Portugal renunciou à Colônia do Sacramento fundada no rio da Prata, próximo a Montevidéu. Em troca, recebeu uma área na margem esquerda do rio Uruguai – o chamado Território das Sete Missões, ocupado por índios e jesuítas.

Apesar do acordo, as controvérsias a respeito das fronteiras do Sul não cessaram. Um acordo datado de 1761 anulou o Tratado de Madri. Em seqüência, o Tratado de Santo Ildefonso (1777) restituiu aos espanhóis as Sete Missões. Os portugueses mantiveram suas pretensões à Colônia do Sacramento, base estratégica para o contrabando da prata trazida da Bolívia e do Peru pelo rio Paraná.

Mesmo com a definição de fronteiras, vastas regiões do país eram praticamente inexploradas ou ocupadas por índios sem contato com os colonizadores. Não há números confiáveis sobre a população do Brasil no fim do período colonial. As contagens realizadas a pedido da Coroa excluíam com freqüência os menores de 7 anos, os índios e algumas vezes até os escravos. Calcula-se que, em 1819, o Brasil tinha cerca de 3,6 milhões de habitantes, concentrados, pela ordem, nas províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. O Sul do país era ainda uma região periférica.

Do ponto de vista racial, os dados existentes para as principais províncias sugerem que os brancos representavam menos de 30% da população total.

Essa era, em termos muito gerais, a fisionomia do Brasil no tocante ao território e à população no fim do período colonial. Seus habitantes já não se arrastavam como caranguejos pelo litoral, porém ainda se concentravam – cerca de 74% – em torno dos principais portos exportadores e no interior das capitanias costeiras do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Paraíba.